

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Kamille Oliveira Gonçalves

A Dimensão investigativa e a formação profissional em Serviço Social

JUIZ DE FORA

2025

A Dimensão investigativa e a formação profissional em Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Fundamentos do Serviço Social, Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gonçalves, Kamille Oliveira.

A Dimensão investigativa e a formação profissional em Serviço Social / Kamille Oliveira Gonçalves. -- 2025.
66 f.

Orientadora: Ana Maria Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Dimensão Investigativa. 2. Formação profissional. 3. Serviço Social. I. Ferreira, Ana Maria, orient. II. Título.

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 11 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 20/08/2025, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Professor(a)**, em 20/08/2025, às 22:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estela Saleh da Cunha, Professor(a)**, em 22/08/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kamille Oliveira Gonçalves, Usuário Externo**, em 25/08/2025, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2546062** e o código CRC **867FCC47**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Kamille Oliveira Gonçalves
Matrícula Discente	202119033
Título do TCC	A Dimensão investigativa e a formação profissional em Serviço Social
Natureza do trabalho	Monografia
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Ana Maria Ferreira
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	19/08/2025
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Doutora Ana Maria Ferreira Doutora Estela Saleh da Cunha Doutora Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 11 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Ferreira, Professor(a)**, em 26/08/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2546065** e o código CRC **6C7661E0**.

AGRADECIMENTOS

Pensar na minha trajetória até aqui e escrever estes agradecimentos me faz perceber o quanto cresci e amadureci, tanto pessoal quanto academicamente, ao longo desses quatro anos. Lembro do meu primeiro semestre, em plena pandemia de COVID-19, quando mal conhecia os rostos dos professores e colegas, e nem tinha certeza se conseguiria estar realmente em Juiz de Fora para concluir a graduação. Por tudo isso, chegar até aqui e conseguir colocar em palavras minha gratidão não é uma tarefa simples. Essa caminhada só foi possível graças ao apoio, à companhia e à inspiração das pessoas que estiveram ao meu lado.

Gostaria de agradecer, primeiramente, a todo o apoio da minha família. Não podendo deixar de destacar, os meus pais, Mara e Arlindo, que fizeram de tudo para eu estar aqui hoje e não mediram esforços para me incentivar, acolher nos momentos difíceis, escutar as constantes reclamações, e puxar minha orelha quando necessário. Que mesmo com a distância se fizeram sempre presentes. Os meus mais sinceros muito obrigada, sem vocês eu não teria conseguido. Amo vocês.

À minha família de coração Juiz Forana, Ana Clara, Duda Dias, Gustavo Peixoto, Bel e Bruno, não estaria aqui sem o total apoio e acolhimento que vocês me deram. Eu não poderia chamar essa cidade de casa sem a presença de vocês. Obrigada pela risada, pela diversão nos momentos necessários, pelo vinho dos fins de semana, por me escutar e por também reclamar comigo. Vocês são a definição de rede de apoio.

Agradecimento especial para o meu companheiro, Xandy, que mesmo com toda nossa rotina conturbada, está desde o início torcendo por mim e na maioria das vezes acreditando mais em mim que eu mesma. Obrigada pelos abraços, pela companhia, pelo acolhimento nos momentos de cansaço e por estar sempre do meu lado.

Às minhas amigas Helo, Laura Lima e Laura Cecília, que acompanham minha caminhada com muito carinho desde o ensino médio, meu muito obrigada pela torcida constante e pelo apoio incondicional. Mesmo com a distância que os quilômetros impõem, vocês estiveram presentes em cada momento da minha trajetória.

À todos os meus queridos amigos e amigas de curso, que estão encerrando essa fase junto comigo. Essa trajetória não poderia ser tão leve como vocês fizeram ser. Meu muito obrigada Caio, Madu, Karina, Rhany, Júlia e Lis, por cada momento compartilhado nessa trajetória, pelas conversas, risadas e, principalmente, pelas palavras de apoio nos dias mais difíceis. A amizade de vocês é um presente que vou carregar para sempre, e tenho certeza de que, mesmo que a vida siga rumos diferentes agora, nossos caminhos profissionais ainda vão se encontrar.

Aos meus amigos e amigas, companheiros de pesquisa do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), vocês me ensinaram e ainda me ensinam o que é fazer pesquisa com leveza, seriedade e qualidade. Obrigada pelas sextas-feira de muita conversa, muita troca e muita construção coletiva. E além disso, por todo carinho e acolhimento.

Aos meus colegas de Iniciação Científica do Departamento de Geografia, meu sincero agradecimento vai muito além do simples incentivo ou da torcida diária. As nossas trocas foram fundamentais para o meu crescimento.

Não poderia deixar de dedicar um agradecimento especial à minha orientadora, Ana Maria. Muito obrigada pelo incentivo constante, pela confiança que sempre depositou no meu potencial e pelo acolhimento fundamental nos momentos de dúvida e dificuldade. Sua orientação foi essencial para que eu pudesse avançar com segurança e caminhasse até aqui.

Aos professores da graduação, meu reconhecimento por todo o conhecimento e dedicação compartilhados ao longo desses anos, que foram a base sólida da minha formação. Quero destacar especialmente as professoras Estela e Luciana, que integram a banca deste trabalho. Vocês são referências para mim, e minha trajetória na faculdade foi marcada pela influência e pelo exemplo que sempre transmitiram. Desde já, agradeço pelas contribuições e pelo olhar atento que, tenho certeza, irão enriquecer ainda mais este estudo.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer ao meu próprio esforço — aquele que, mesmo diante das dificuldades e da vontade de desistir, me fez seguir adiante. Sou profundamente grata a todos que fizeram parte destes quatro anos de graduação, que superaram minhas expectativas e me mostraram um caminho inesperado. Eu não imaginaria que hoje me encontraria tão realizada em cursar Serviço Social.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma aproximação com o debate da dimensão investigativa na formação profissional diante do Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esta pesquisa parte do princípio que a dimensão investigativa é um dos princípios fundamentais que estruturam tanto a formação profissional como o trabalho em Serviço Social. Buscando alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, fundamentada pela revisão bibliográfica e a análise documental. Tais abordagens contribuem para qualificar e aprofundar o desenvolvimento desta pesquisa, sendo os principais documentos analisados as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996(ABEPSS) e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Serviço Social da UFJF. O estudo percorre o histórico da profissão e da formação profissional no Brasil, discute o papel da dimensão investigativa e como ela se insere na estrutura curricular e nas práticas pedagógicas do curso. Observa-se, como principal resultado obtido que o PPP apresenta diversos avanços no que diz respeito à transversalidade dessa dimensão, entretanto ainda existem entraves para sua efetivação concreta. A pesquisa aponta a necessidade de aprofundar esse debate, fortalecer a articulação entre teoria e prática e de reconhecer que o desenvolvimento da atitude investigativa na formação afirma um projeto profissional comprometido com o projeto ético-político hegemônico.

Palavras-chave: Dimensão investigativa; formação profissional; Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to approach the debate on the investigative dimension in professional education in light of the Political-Pedagogical Project of the School of Social Work at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). The research is based on the premise that the investigative dimension is one of the fundamental principles that structure both professional education and professional practice in Social Work. To achieve the proposed objectives, the methodology adopted follows a qualitative approach, grounded in bibliographic review and document analysis. These approaches contribute to enhancing and deepening the development of this study, with the main documents analyzed being the 1996 Curricular Guidelines of the Brazilian Association for Education and Research in Social Work (ABEPSS) and the Political-Pedagogical Project (PPP) of the Social Work program at UFJF. The study examines the history of the profession and professional education in Brazil, discusses the role of the investigative dimension, and analyzes how it is incorporated into the curriculum structure and pedagogical practices of the program. The main finding is that the PPP presents several advances regarding the transversality of this dimension; however, there are still obstacles to its concrete implementation. The research emphasizes the need to deepen this debate, strengthen the articulation between theory and practice, and recognize that developing an investigative attitude in education reinforces a professional project committed to the hegemonic ethical-political project.

Keywords: Investigative dimension; professional education; Social Work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO SERVIÇO SOCIAL E O CAPITALISMO.....	10
2.1 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	15
2.1.1 Intenção de ruptura e o Marxismo.....	25
3 A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	32
3.1 DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996.....	37
3.1.1 Lógica curricular das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a dimensão investigativa.....	42
4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF.....	48
4.1 ANÁLISE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
BIBLIOGRAFIA.....	64

1 INTRODUÇÃO

A dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social constitui-se como uma das bases centrais para a construção de um profissional crítico, ético e comprometido em atender as demandas da classe trabalhadora. Reconhecida pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 como um dos princípios formativos e elemento central da articulação entre teoria e prática, essa dimensão ultrapassa o campo da pesquisa acadêmica, integrando-se ao cotidiano do exercício profissional e devendo perpassar todas as etapas da formação.

O presente trabalho tem como objeto de estudo a dimensão investigativa na formação profissional do assistente social na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Dessa forma, o seu objetivo é fazer um primeiro esforço teórico buscando compreender os desafios e limites do ensino da dimensão investigativa no Serviço Social a partir do Projeto Pedagógico de Curso da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O interesse por essa temática emerge da trajetória da própria autora, marcada pela inserção no grupo de pesquisa que se dedica ao estudo dos Fundamentos do Serviço Social, bem como pela participação em um projeto de iniciação científica no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), voltado à análise dos impactos da minério-dependência no Brasil. Essas vivências possibilitaram o aprofundamento no debate crítico sobre a realidade e evidenciaram a importância da dimensão investigativa como ferramenta indispensável na formação profissional e na atuação dos Assistentes Sociais. Essas experiências, proporcionaram compreender a amplitude do lugar da pesquisa, e do tripé ensino-pesquisa-extensão, ocupam durante o processo formativo, de perceber que uma análise crítica e diante da totalidade nos proporciona entender a inter-relação entre a dimensão teórica e a prática. Além disso, vale destacar, a importante participação do programa de monitoria nas disciplinas de Pesquisa Social I e II, tal experiência foi enriquecedora para pensar o tema escolhido para essa produção, na qual a autora pôde perceber nos alunos o que eles, estando a caminho da metade do curso, entendem de pesquisa e produção de conhecimento na formação.

Estando em tempos de fortalecimento do neoliberalismo, com o crescimento da mercantilização e desmonte da educação pública, é imprescindível as discussões sobre o processo de formação em Serviço Social. Assim, por se caracterizar uma profissão que atua diante das expressões da “questão social”, sendo propositiva quanto a seu enfrentamento, tal

cenário pauta a motivação deste trabalho.

Pensando nisso, a dimensão investigativa ocupa um lugar essencial para as análises e interpretações dos elementos da realidade social, que compõem o trabalho profissional dos assistentes sociais. Sendo o seu lugar na formação crucial para a qualificação dos profissionais, que na atualidade atuam mediante a condições precárias e alienantes. É de extrema importância “garantir uma formação profissional à base da pesquisa e sob a ótica pluralista, considerando que a dimensão investigativa se constitui um princípio e condição de formação e das práticas profissionais [...]” (Cardoso, 2000, p.16).

O presente trabalho pretende entender como se expressa a dimensão investigativa ao longo do processo formativo do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Nesse sentido, a pesquisa é essencialmente qualitativa, buscando analisar e compreender a dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social. A pesquisa é qualitativa, por entender, baseado nas construções de Minayo (2009), que essa abordagem é orientada pela análise do universo dos significados, valores, crenças, representações e intenções que estruturam as práticas sociais e as formas de viver, interpretar e interagir no cotidiano (p.21). Essa escolha se deu por revelar-se adequada a essa proposta de trabalho, tendo em vista que possibilita compreender as dimensões subjetivas presentes nas estruturas da formação profissional.

Dessa forma, foi utilizado, a priori, como procedimento metodológico a revisão bibliográfica que possibilita a realização de uma análise a partir de uma abordagem histórica sobre o tema em questão, garantindo uma linha de raciocínio que orienta o desenvolvimento da pesquisa (Dorsa, 2020). Tal procedimento foi realizado por meio de um estudo exploratório de obras que debatem o objeto desse estudo, a partir das seguintes temáticas: Serviço Social, formação profissional e a dimensão investigativa. Com o intuito de identificar o conhecimento disponível sobre o assunto e desenvolver uma base teórica para a monografia.

Também, foi utilizado, a análise documental, em que se destaca por fornecer documentos como uma fonte diversificada, permitindo que o pesquisador retire as evidências necessárias para a construção e alcance do seu objetivo no estudo (GUBA e LINCOLN, 1981, apud JUNIOR et al., 2021, p. 47), sendo usada para validar e complementar as informações obtidas a partir da revisão bibliográfica. Os principais documentos analisados foram: as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, Diretrizes Gerais do Ministério da Educação para os cursos de Serviço Social e o Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF).

Diante disso, este trabalho foi iniciado, explorando a dimensão investigativa e a forma

como a categoria debate essa temática. Em seguida, debate-se a formação profissional do assistente social a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, analisando, além do seu histórico sócio-político, como essas diretrizes moldam o desenvolvimento da profissão, para assim compreender teoricamente a dimensão investigativa enquanto elemento essencial, exigindo uma reflexão sobre seu significado e papel dentro das diretrizes e, principalmente no processo formativo. Na próxima etapa, a pesquisa traçou o percurso histórico da categoria, partindo de sua relação com o capitalismo. Em seguida, foi analisado o trabalho e a formação profissional no período da renovação da profissão no Brasil. Foi nesse contexto que a profissão se inseriu no circuito universitário, possibilitando avanços teóricos significativos, como a sua aproximação com o marxismo.

Nesse sentido, nesse primeiro momento, através de leituras, análises e revisões foram estudados autores centrais a respeito do Serviço Social e da formação profissional, tal como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto e Claudia Monica dos Santos, para além das próprias produções da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) a respeito das Diretrizes Curriculares de 1996. Sendo essas análises, fundamentais para compreender a dimensão investigativa, essa debatida partir da autora Yolanda Guerra e das formulações sobre o conhecimento da autora Maria Cecília Minayo. Para além disso, a própria Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS foi utilizada para explicar e exemplificar a forma em que a dimensão investigativa propõe ser conduzida durante a formação.

No segundo momento, a proposta foi investigar como se apresenta e se insere a dimensão investigativa no processo da formação profissional Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Buscando analisar e compreender como essa dimensão se reflete nos componentes curriculares propostos para a graduação. Para isso, foi utilizado o Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023) e as Diretrizes gerais do Ministério da Educação para os cursos de Serviço Social¹, relacionado aos acúmulos teóricos desenvolvidos ao longo do trabalho. Nesse momento serão analisadas principalmente os componentes curriculares propostos para a graduação e algumas das disciplinas e suas ementas, traçando elementos que possam estabelecer a ligação com a dimensão investigativa. Destaca-se, ainda, que foram utilizadas outras fontes de dados pertinentes aos objetivos da pesquisa, a fim de qualificar e aprofundar os elementos analíticos.

Portanto, esse trabalho, em seu trajeto investigativo e organizativo, primeiramente,

¹ Parecer CNE/CES 492/2001, despachado pelo Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1e, p. 50.

buscou compreender o percurso histórico do Serviço Social no Brasil em sua aproximação com o conhecimento crítico e em seguida sua trajetória na formação profissional, articulado às diretrizes curriculares da ABEPSS que fundamentam o projeto de formação da categoria. A partir disso, buscou-se aprofundar o entendimento sobre o conceito de dimensão investigativa, na perspectiva do conhecimento e no contexto das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, reconhecendo sua centralidade e transversalidade no processo formativo. Por fim, em busca de encontrar os elementos que compõem a dimensão investigativa na Faculdade de Serviço Social na UFJF, foi feita uma análise dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023). Tal processo foi fundamental para identificar como essa dimensão se apresenta no currículo, apontando os avanços e desafios presentes no cotidiano acadêmico.

Além disso, serão apresentadas as considerações finais, nas quais se buscará sintetizar os principais achados do trabalho, refletindo criticamente sobre os limites e avanços identificados no Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023) a respeito da transversalidade da dimensão investigativa ao longo do currículo. Essas considerações não pretendem encerrar o debate, mas sim contribuir para a ampliação das reflexões acerca da importância da investigação como um princípio formativo, reafirmando seu caráter transversal e indissociável do exercício profissional crítico e comprometido com o projeto ético-político da profissão.

2 A RELAÇÃO INTRÍNSECA DO SERVIÇO SOCIAL E O CAPITALISMO

Para compreender o Serviço Social em sua relação com o conhecimento e a expressiva importância em pautar o seu trabalho na teoria social crítica, cabe entender primeiro como as relações sociais de reprodução são intrínsecas ao próprio modo de produção, produzidas e reproduzidas para sua sustentação. Nesse sentido, o primeiro momento vai ser destinado a desvelar algumas características importantes do modo de produção capitalista que refletem no Serviço Social.

Entender o significado do Serviço Social vai muito além do que entender o seu papel historicamente e cronologicamente. A profissão e a atuação profissional se desenvolvem acompanhando as transformações sociais, as formas de produção e reprodução da sociedade, em que não se consegue pensar no Serviço Social sem estarmos inseridos no modo produção capitalista. Marilda Iamamoto (2013), desenvolve que as condições que caracterizam o exercício profissional são um reflexo da “dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade”, compreendendo que a reprodução do capital implica nas relações sociais um determinado modo de vida, sendo essa relação antagônica e suas manifestações entre capital/trabalho refletidas diretamente na profissão.

Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão. (p.79)

Sobretudo, é nesse viés de contradição que se entende o significado social do Serviço Social. De acordo com Iamamoto (2013):

Isso supõe, como diretriz de trabalho, considerar a profissão sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais. (p.79)

Nesse sentido, a categoria é composta por seus agentes, esses sendo sujeitos históricos que interpretam o próprio fazer profissional, partindo de referenciais que não são neutros. Suas percepções sobre o trabalho estão marcadas por valores discursos e projeto políticos, mas também por ideologias, sendo em sua conjuntura entendidas como forma de representações sociais que, ao mesmo tempo em que mostram como a sociedade está

organizada, também procuram manter essa organização, favorecendo os interesses dos grupos dominantes e preservando as relações de poder existentes. Iamamoto (2013), baseando-se na leitura de Lefebvre, compreende a dimensão ideológica como parte integral do processo mais amplo de reprodução das relações sociais, que se dá não apenas no plano econômico, mas também nas instituições, nas formas jurídicas, nas práticas culturais e no cotidiano. Assim, o exercício profissional do e da assistente social está imerso em uma totalidade concreta e dinâmica, na qual a consciência e a ação dos agentes se articulam às determinações sociais objetivas que orientam, condicionam e, por vezes, extrapolam a vontade individual, conferindo direção social à prática. Portanto, a profissão não é neutra, mas determinada por diferentes fatores que a atravessam impondo limites estruturais.

Partindo desse ponto, as relações sociais são responsáveis pelas formas de produção e reprodução do capital, relações essas que são produzidas e reproduzidas para seguir as normas capitalistas. Marilda (2013), nos esclarece que a atuação do Assistente Social é polarizada pelos interesses de classe, ou seja, as relações sociais inseridas na lógica contraditória entre capital/trabalho atravessam as particularidades do trabalho da profissão. Em suma, para entender a conjuntura do Serviço Social na história é necessário partir da análise das relações sociais de produção e reprodução, uma vez que o objeto de intervenção da profissão se encontra nas manifestações produzidas pela contradição capital e trabalho, essa na qual é eixo estruturante dessas relações que se encontram a mercê do controle capitalista.

Nesse sentido, “o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana” (Iamamoto, 2013, p.83). Tendo em vista que a partir dessa expansão, tem o desenvolvimento das forças produtivas, que no processo determinam-se novas necessidades sociais que recaem para a intervenção do Serviço Social. É nesse viés, que concordamos com a autora, ao dizer que a categoria, apesar de possuir estratégias políticas que vão contra a lógica do capital, a sua inserção no mercado de trabalho está historicamente vinculadas às demandas de reprodução da força de trabalho, que servem de base para o fortalecimento da ideologia capitalista.

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do

capital ou do trabalho,mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. (Iamamoto, 2013, p.81)

Embora a profissão não esteja diretamente inserida na produção material de mercadorias, encontra-se no cumprimento da função, apoiada pelo aparelho Estatal, indispensável ao processo de reprodução da força de trabalho e da ordem social capitalista. Nesse processo, o assistente social participa da manutenção da “ordem do capital”, ao mesmo tempo em que se insere nas tensões e contradições geradas pela exploração. A atuação profissional historicamente está vinculada ao papel de mediação dos interesses das classes sociais entre classe dominante e as massas populares, contribuindo para a hegemonia do poder do capital.

Dessa forma, o Serviço Social é marcado pelo seu teor interventivo e técnico, e alinhado com os interesses do Estado e das políticas sociais sua tecnificação se aprofundou. Nesse sentido, a prática é marcada pelo acúmulo dos conhecimentos socialmente produzidos. A profissão no que diz respeito a sua trajetória profissional não “adquire o *status* de ciência”², mas também não a impede o uso dos saberes práticos/interventivos apreendidos para se produzir conhecimento científico em outras áreas, principalmente das ciências sociais e humanas (Iamamoto, 2013). A produção científica e as contribuições dessa área para outras ciências advêm justamente da sua imbricação entre teoria e prática, fundada nos conhecimentos gerados a partir da realidade vivida, o que confere ao Serviço Social seu caráter técnico-científico. O diferencial da categoria do Serviço Social como campo científico está na capacidade de produzir conhecimento que emerge da prática real, envolvendo uma reflexão teórica que se alimenta dessa experiência concreta.

Dentro dessa perspectiva, o exercício do Assistente Social possui uma centralidade no cotidiano e nas expressões concretas das relações sociais, sendo essas as condições da efetivação do trabalho. De acordo com Iamamoto (2013), às atividades do cotidiano são vividas pelos sujeitos e é a própria manifestação de suas histórias, nele se revelando os processos sociais através da produção e reprodução da vida.

A compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros;se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é a expressão de um modo de vida, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora.(p.123)

² O status de ciência citado refere-se ao reconhecimento social e acadêmico do campo do Serviço Social como produtor e sistematizador de conhecimento próprio, mesmo que no caso da profissão ela contribua para o acervo de outras ciências.

É diante dessa conjuntura que conseguimos entender em que cenário se tem a atuação da profissão e a necessidade de desvelar a realidade para além do que está posto. Uma vez que, “tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração” (Iamamoto, 2013, p.97) e é nessas desigualdades que o exercício da profissão se insere. Sendo inerente à relação de poder entre capital e a sociedade, o trabalho interventivo se configura como expressões concretas dos direitos sociais, mas que, na prática, se materializa prioritariamente como respostas às necessidades da classe trabalhadora (Iamamoto, 2013).

Compreender o cotidiano como espaço de reprodução das relações sociais é reconhecer que nele também se expressam, de forma concreta, as contradições entre capital e trabalho. Essas contradições não aparecem de forma explícita, ao contrário, estão encobertas pelas mediações ideológicas que naturalizam as desigualdades e ocultam os conflitos de classe. Por isso, o desafio está em entender que a categoria também, está a mercê dessas contradições, visto que:

[...] o serviço social como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle e na difusão da ideologia da classe dominante junto a classe trabalhadora. (Iamamoto, 2013, p.101)

Portanto, é nas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos sujeitos que a profissão vai efetivar sua intervenção. Assim, ela se insere na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, de maneira institucionalizada, como atuante na execução de políticas sociais específicas promovidas por órgãos públicos e privados, os quais estão imbricados na reprodução e legitimação do poder das frações e grupos das classes dominantes que detêm controle ou acesso ao aparato estatal (Iamamoto, 2013). Isso reforça também as ideias apresentadas anteriormente sobre a contradição inerente à profissão.

Considerando que as relações sociais estão intrinsecamente entrelaçadas ao cotidiano e às contradições históricas entre capital e trabalho, e que a profissão se situa dentro dessa conjuntura marcada pela ideologia dominante, como a atuação profissional pode ser orientada para a defesa e promoção dos interesses da classe trabalhadora?

Partindo do ponto que a ideologia dominante funciona como um meio de obter controle social por parte da classe dominante, sua estrutura serve para garantir a continuidade da organização atual, produzindo e reproduzindo os ideais capitalistas. Assim, a profissão também vai se inserir como um instrumento do Estado para difundir essas ideias,

operacionalizando as políticas públicas, servindo aos interesses do capital, ao mesmo tempo em que supre algumas das necessidades sociais, para que garanta o valor produtivo da classe trabalhadora. Novamente voltamos para o caráter contraditório que se encontra o fazer profissional.

E é nesse sentido que a profissão busca avançar ao longo do seu desenvolvimento a procura de bagagens científicas que aprimorem o seu fazer profissional e de instrumentos teórico-metodológicos que sejam capazes de conhecer a realidade. Na tentativa de romper com o papel tradicionalmente assumido pelo Serviço Social, que está circunscrito dentro de uma conjuntura alienante, sendo cooptada para legitimar e demandar a reprodução das relações sociais existentes, ao invés de questioná-las.

Verifica-se, aí, uma ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para o interesse dos setores populares e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional está dirigida ainda a resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. (Iamamoto, 2013, p.130).

Pensar em novas formas de atuar sobre a realidade e de conhecê-la para assim intervir faz parte do próprio movimento histórico imposto pelo movimento da realidade. Nesse cenário, a profissão de Serviço Social precisa se qualificar para oferecer respostas que a adequem aos novos desafios impostos pela conjuntura histórica e político-econômica. Esses desafios se traduzem na necessidade de reconsiderar a prática profissional, promovendo um questionamento crítico sobre as próprias bases que legitimam essas demandas. Tal revisão profissional é uma exigência concreta da realidade, pois para responder a essas demandas é imprescindível incorporar padrões e técnicas contemporâneas que se distanciam do chamado “Serviço Social tradicional” (Iamamoto, 2013).

No próximo tópico, será abordada a temática sobre o próprio movimento histórico do Brasil e quais as consequências das transformações sociais, políticas e econômicas para o trabalho do Serviço Social. Serão analisadas as consequências dessas mudanças históricas para a Renovação do Serviço Social no Brasil, destacando como o contexto concreto brasileiro influenciou e impulsionou a busca por referenciais teórico-metodológicos capazes de apreender a realidade social em sua complexidade. Essa reflexão visa evidenciar a relação

dialética entre o desenvolvimento da profissão e as condições objetivas que moldam o campo de atuação do Serviço Social,

2.1 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social emerge no Brasil vinculado às transformações estruturais impulsionadas pelo avanço do capitalismo monopolista, pelo processo de industrialização acelerada e pelo consequente agravamento da “questão social”. Tendo em vista o conjunto de expressões advindas da contradição capital e trabalho, nesse período, passa-se a demandar da profissão, cada vez mais respostas institucionais que, ao mesmo tempo, atendessem às necessidades imediatas dos trabalhadores contribuíssem para a manutenção da ordem social vigente. Dessa forma, o Serviço Social no Brasil, segundo Iamamoto (2020), vai surgir muito associado aos órgãos estatais e, inicialmente, fortemente influenciada por entidades religiosas, especialmente da Igreja Católica, que pautavam suas ações na perspectiva moralizante e assistencialista.

Com o avanço das lutas sociais e a ampliação das políticas sociais, a profissão passou por processos de renovação teórica e política, especialmente a partir da década de 1960, incorporando referenciais críticos e aproximando-se de uma leitura marxista da realidade. Essa virada consolidou o compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa dos direitos sociais, a emancipação humana e a transformação das condições que geram a desigualdade (Iamamoto, 2020, p.24).

A categoria, nesse contexto, configurou-se como parte do conjunto de profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho, operando como mediação entre as necessidades da classe trabalhadora e as estratégias de regulação e controle social da classe dominante. Portanto, a partir da década de 1960, impulsionada pelo avanço das lutas sociais e pela expansão das políticas públicas, a profissão vivencia um processo de renovação teórica e política, incorporando referenciais críticos e aproximando-se de uma leitura marxista da realidade, tema que será abordado, neste subitem, alinhado às transformações sociais provocadas pela Ditadura civil-militar brasileira.

No intuito de traçar alguns elementos históricos que perpassam o caminho do Serviço Social na história, podemos apontar que em 1948 é criada a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), justamente com a motivação do crescimento dos debates para a qualificação da formação profissional. A partir da década de 1960, impulsionado pelo contexto político e social da época, o Serviço Social começou a entender as problemáticas produzidas pela perspectiva assistencialista, incorporando as inquietações e insatisfações

próprias desse momento histórico, voltando seu olhar crítico ao Serviço Social tradicional.

Todo esse movimento se materializa em um amplo processo de questionamento e transformação, buscando redirecionar o trabalho profissional. Nesse momento, o Serviço Social brasileiro, e de toda América Latina, passa a se movimentar em busca de direções teóricas, pretendendo consolidar e reconceituar a profissão, em uma tentativa de elaborar a “[...] construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas [...]” (Yazbek, 2009, p.7).

A renovação do Serviço Social³ no Brasil, perpassa a discussão da influência da Ditadura civil militar de 1964 sob esse momento. Netto (2017), em seu livro *Ditadura e Serviço Social no Brasil*, nos expõe que a renovação no Serviço Social, alterou sua natureza e funções estruturais que por consequência provocaram mudanças nas demandas postas e no papel institucional e organizacional que a categoria ocupava. A autocracia burguesa para a profissão foi marcada por momentos de deslegitimação das formas profissionais. Vale demarcar que ao falar que esse período influenciou a renovação, não significa que ela foi atingida de maneira intencional, mas sim como resposta ao cenário social que se instaurou.

Nesse sentido, a renovação representa uma separação com o Serviço Social Conservador, marcado por ações assistencialistas, ligadas ao voluntariado e ao fazer profissional pragmático. O perfil profissional vigente durante a autocracia burguesa, alvo da crítica e ruptura proposta pela renovação, ficou conhecido como Serviço Social “tradicional”:

[...] atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais. (Netto, 2017, p. 129 e 130)

Esse período, característico da dominação do capitalismo monopolista, buscando manter aspectos tradicionais do Serviço Social, também, fomentou mudanças no cenário da profissão, uma vez que as mudanças advindas da reorganização do Estado e mudanças sociais que as acompanham atingem o fazer profissional. Não afetando somente o trabalho dos/das Assistentes Sociais como impactando também a formação profissional (Netto, 2017).

³ Segundo Netto (2017), a renovação é compreendida como o conjunto de novos elementos que, mesmo dentro dos limites impostos pela autocracia burguesa, o Serviço Social incorporou ao reorganizar suas tradições e dialogar com correntes do pensamento social contemporâneo. Esse processo buscou afirmar a profissão como uma instituição reconhecida socialmente, tanto pela legitimidade prática — expressa nas respostas às demandas sociais e na sistematização dessas experiências — quanto pela validação teórica, sustentada na articulação com teorias e disciplinas sociais.

Em relação à prática profissional, a categoria vivenciava, segundo Netto (2017), um momento histórico marcado pela vertente da “perspectiva modernizadora”, uma das três que compõem o processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Como supracitado, esse movimento era atravessado pela autocracia burguesa e as mudanças sociais provocadas por ela. Nesse sentido, segundo o autor, apesar de não ter um novo âmbito de inserção dos/das Assistentes Sociais, a categoria profissional passou a ocupar diferentes lugares do mercado nacional, aumentando a ampliação de ofertas de emprego. Quanto ao caráter da dimensão interventiva, mantém-se a centralidade vinculada à execução terminal de políticas sociais setoriais, passando a atuar em instituições mais complexas que impactou nas relações de hierarquia, acesso e controle a recursos e o primeiro contato do que se pode caracterizar como trabalho multiprofissional. Esse contexto todo trouxe uma nova exigência para a atividade profissional, requerendo dos profissionais uma incorporação a lógica funcional das organizações. De acordo com o autor, isso:

implicou um dimensionamento técnico-racional — quer no nível de legitimação das práticas, quer no nível da sua condução — que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional. Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” — com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionalis”. (Netto, 2017, p.133)

Ou seja, a organização estatal passa a exigir da categoria um desempenho técnico e racionalmente fundamentado, alinhado às metas institucionais, superando o que o autor chama de “comportamentos impressionistas”. Assim, ela passa a ser legitimada, não mais por uma moralidade subjetiva, mas por atender as normas, fluxos e “racionalidade burocrático-administrativas”. Em que o mercado passa a demandar da profissão um “profissional moderno” que seguisse normas e dominasse um perfil profissional técnico. Diante disso, para que isso se consolidasse era necessário a produção desse profissional e com isso tem-se também mudanças na formação dos assistentes sociais, a partir de uma refuncionalização das instituições de formação. (Netto, 2017).

A formação em Serviço Social⁴ Durante a “Perspectiva modernizadora” caminhou

⁴ Importante demarcar que em Netto (2017), no tópico 1.5 de seu livro, ele descreve as implicações do regime autocrático burguês na política educacional, as universidades e a educação superior foi tomada por esse caráter modernizante. Em suas palavras: “Em larga medida, o regime conseguiu o que pretendia: cortou com os laços vivos, tensos e contraditórios que prendem a universidade ao movimento das classes sociais: oclusos, obturados pela repressão e pela gestão “modernizadora”, os seus condutos com a vida e o processo sociais, a universidade

juntamente com as mudanças que vinha acontecendo na prática. Tem-se nesse momento a “refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincaram o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil [...]” (Netto, 2017, p. 133). Vale destacar que foi esse o período de inserção do ensino profissional na dinâmica universitária, que apesar das contradições advindas da autocracia, é esse acontecimento que possibilita a ampliação do ensino no Serviço Social, favorecendo maior reconhecimento da categoria enquanto profissão, parte da classe trabalhadora e, também por fornecer subsídios para sua aproximação ao conhecimento crítico. Entretanto, o que caracteriza esse momento é a contrariedade, que apesar das novas possibilidades, a formação era marcada pelo conhecimento tecnocrático, que valorizava conhecimentos instrumentais e operacionais, priorizando a eficiência técnica em detrimento de uma compreensão crítica e dialética da realidade social.

No plano específico do perfil da formação profissional, o impacto operado pelo ingresso na universidade foi multifacetado e contraditório. De um lado, propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente — principalmente se se leva em conta o fato, consensualmente reconhecido, da ausência de fortes tradições intelectuais e de investigação na formação profissional. Simultaneamente, contudo, dada esta mesma característica, registrou-se o largo flanco aberto na formação aos traços mais deletérios deste influxo — residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas sociais possíveis na universidade da ditadura (Netto, 2017, p.134).

E é sob esse cenário que se compreende a “perspectiva modernizadora”, não sendo uma exclusividade do processo de desenvolvimento do Serviço Social, mas sim uma consequência fruto do regime ditatorial, cujos efeitos repercutiram profundamente nas dimensões econômica e social do país. Sendo a categoria uma profissão cujo o objeto de intervenção são as manifestações da “questão social” não havia outro cenário, era inevitável que fosse atingido pelos impactos e contradições impostos pela dominação do capitalismo monopolista. Diante disso, é justamente nesse contexto que a renovação do Serviço Social se desenvolve, marcado por significativas mudanças e avanços no que se diz respeito à

foi insulada: perdeu o dinamismo crítico (e, pois, criativo) que só lhe garante o rebatimento, no seu interior, das tensões entre distintos projetos societários, e consequentemente viu exauridos os seus processos específicos e particulares de elaboração produtiva. Nela, hipertrofiou-se o procedimento reprodutivo, com a decorrência inevitável da degradação do seu padrão de trabalho intelectual. Com a efetiva supressão de qualquer laivo autônomo significativo, 108 veio a perda, entre outras implicações, de incidências expressivas na vida nacional” (Netto, 2017, p. 63).

aproximação com o conhecimento crítico.

As estruturas que balizam a profissão do Serviço Social anterior à renovação estão intrinsecamente ligadas às influências religiosas com ações de caráter humanista. E é justamente nesse primeiro ponto que se tem um dos marcos da Renovação da profissão. De acordo com Netto (2017) a laicização é um dos marcos fundamentais desse período, seguido de uma conjuntura que ultrapassa as demandas da autocracia burguesa sob a profissão, ou seja, superando a lógica de práticas funcionais em consonância com os interesses do regime.

Outro ponto importante, é que como mencionado anteriormente, esse processo de renovação foi marcado pela contrariedade. Assim, apesar do regime impor e exigir da categoria um novo perfil profissional, readequando aspectos do trabalho profissional, essas mudanças também proporcionaram espaços para questionar a própria legitimidade da autocracia burguesa.

Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (Netto, 2017, p.134).

Tendo isso em vista, a inserção da profissão no âmbito universitário exerceu papel fundamental. Crescia a necessidade de produções teóricas que debatessem o cenário e a profissão de forma teórica e metodológica, e, nesse sentido, as universidades passaram a ocupar esse espaço de debate e reflexão. Em consonância com Netto (2017), apesar desse período da política educacional ter sido marcado pela valorização do conhecimento puramente técnico e “domesticado”, a academia passou a ser ocupada como um ambiente para “gestar uma massa crítica”. E foram esses espaços que permitiram, pela primeira vez de forma institucionalizada, o desenvolvimento de preocupações teóricas e intelectuais no campo do Serviço Social. Essas motivações impulsionam a construção de elaborações teórico-profissionais comprometidos com a reflexão sobre a própria profissão. (Netto, 2017)

Dessa forma, a renovação se caracteriza pelo compilado de novas estruturas que passam a ser articuladas na profissão. Esse movimento é marcado por avanços teóricos - e também por preocupações - interesse de legitimação no trabalho profissional e uma verdadeira preocupação de que esses novos marcos refletissem na formação profissional. Mediante a isso, o processo de renovação exige, para demarcar esses avanços, uma heterogeneidade no interior da profissional fundamentada em distintos procedimentos que

sustentam tanto a legitimação das práticas profissionais quanto a validação teórica dessas mesmas práticas. Validações essas ancoradas nas matrizes teóricas que transitavam no Serviço Social. A partir das construções de Netto (2017), a renovação nesse momento, se referindo aqui a renovação durante a autocracia burguesa, é sinônimo de avanço, em que a categoria se articula para oferecer consistência para defender e fundamentar a legitimação da prática pautado na validação teórica.

A esse respeito, cabe demarcar, um diferencial importante sobre a renovação, sendo a categoria se colocando como objeto de investigação, analisando e tecendo críticas sobre a própria profissão. Nos mostrando um movimento contrário do que se tinha até então, que se limitava ao fazer tecnicistas sem buscar problematizações mais concretas sobre a realidade posta.

É dentro desse marco que o Serviço Social se volta para si mesmo. Netto (2017) vai sintetizar esse momento em quatro aspectos que marcaram e se apresentaram como decisivos nesse momento:

- a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;
- b) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;
- c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas;
- d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (Netto, 2017, p. 142)

Torna-se evidente que tal cenário é complexo e marcado por vários fatores que impactam no desenvolvimento da profissão, contendo continuidades, rompimentos e permanência. Mas isso reflete o próprio movimento de ir vir, que caracteriza o processo de investigação, que na atualidade, e diante dos novos conflitos entre classes, exercem papel fundamental em relevar a importância do pensamento crítico e que em busca do conhecimento a profissão se desenvolveu e se aprimorou, assim:

[...]levanta-se a necessidade “de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade”; e, finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (Netto, 2017, p.145).

Em breves palavras, o processo de renovação, sob o contexto da ditadura civil-militar no Brasil, cresceu em controvérsias com a situação anterior da profissão. Tem-se um colapso das formas “tradicionais” em que se efetiva a ação profissional. Esse momento histórico apesar de ser carregado de repressão da profissão, também possibilitou o crescimento crítico sobre a própria categoria.

Importante salientar, que essa movimentação do Serviço Social em busca de novas bases e de legitimação não se restringe só à situação brasileira, mas sim um fenômeno internacional. E a expressão disso, que contribui para o Serviço Social brasileiro, foi o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, que também passava por relações de dominação do capitalismo monopolista.

A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (Faleiros, 1987, p. 51 apud Netto, 2017, p.151 e 152).

O importante desse movimento é sua relação com as condições sociopolíticas latino-americanas, e o interesse da categoria em pensar um Serviço Social pautado em realidades nacionais e regionais. Articulado o papel da profissão em atender a demandas postas pela contradição capital/trabalho, alinhada às particularidades da América Latina. Diante disso, dois pontos são pertinentes sobre esse debate: a relação com a tradição marxista e a novas interações entre profissionais.

A partir disso, impõe-se compreender o primeiro aspecto. A relação com a tradição marxista no movimento da reconfiguração foi a primeira aproximação da categoria com esse marco teórico de forma explícita. Netto (2017) explica que essa aproximação não se deu de forma plena, muito pela falta de acesso às obras originais ou pelas versões influenciadas pelo neopositivismo, apesar da experiência ter produzidos alguns equívocos, o que exige atenção nessa análise é que a partir desse movimento de aproximação com a teoria marxiana a categoria pôde criar caminhos de investigação orientadas pelas formulações marxistas, pontuando-se uma interlocução importante para o Serviço Social.

O segundo aspecto diz sobre a importância da troca entre profissionais motivada pela necessidade de se discutir o Serviço Social na particularidade da América Latina. Relação essa que se fortalecia entre a categoria sem influências estatais, além de ser momento marcante em que nortearam diversos debates. Netto (2017) afirma:

O dado significativo e inédito, todavia, é que no processo em tela articulou-se uma

interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina — uma unidade construída autonomamente e sem as tutelas imperiais; [...] Este passo, igualmente, não se deu sem equívocos; mas, graças a ele, alteraram-se substantivamente a direção e o conteúdo dos foros que reuniam as inquietações e as propostas profissionais; desde então, a consciência das particularidades latino-americanas, com suas implicações para a intervenção profissional, polariza os debates, antes diluídos no ‘pan americanismo’ patrocinado pelo hegemonismo norte-americano. (p.154)

Portanto a junção entre o Serviço Social brasileiro e o debate em movimento no Serviço Social da América Latina, fortaleceu o entendimento da necessidade de uma ruptura com os traços “tradicionais” da profissão. Deixando à luz o imprescindível papel da compreensão das conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais da América Latina como um todo, fazendo parte do cotidiano profissional. E entender que isso fortaleceu o desenvolvimento de um Serviço Social crítico e pautado teoricamente.

A tentativa do rompimento com a base do Serviço Social “tradicional” durante a renovação pode ser delimitado por três vertentes importantes: a perspectiva modernizadora (1965), a reatualização do conservadorismo (1975) e a intenção de ruptura (1980). A primeira⁵ se mantém diante das fundamentações funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, pretendendo-se alcançar um Serviço Social tecnocrático, focado na eficiência, assim, limitando-se a agir dentro das possibilidades impostas pelo regime autoritário vigente.

No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” — de onde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora. (Netto, 2017, p.158)

Vale ressaltar que, foi a partir do processos e debates diversos que fizeram parte dessa perspectiva que mais sujeitos se envolveram gerando as duas outras direções que compõem esse processo de renovação.

A segunda vertente, apresentada por José Paulo Netto, a Reatualização do Conservadorismo, se coloca determinada a recuperar a tradição histórica e conservadora da profissão, propondo uma fundamentação pautada pela fenomenologia com forte ênfase em abordagens psicologistas, negando as abordagens marxista e positivistas (Netto, 2017). O que essa direção se pauta como renovador é o esforço desses pensadores em pautar os traços conservadores em matrizes intelectuais mais sofisticadas.

⁵ A concepção modernizadora gerou produções que iam além do debate brasileira, houve um grande movimento que resultou no Documento de Araxá. Demarcando também que foi nesse momento que as reflexões brasileiras interagem com os renovadores latino-americanos.

Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. (Netto, 2017, p.160)

Com isso, a última vertente, a intenção de ruptura, vai ser o marco que direciona a profissão diante do marxismo, representa uma crítica ao Serviço Social tradicional, questionando suas bases teóricas, metodológicas e ideológicas. Orientada pela perspectiva marxista, tem como marco o “Método de BH”⁶ e é impulsionada por agências de formação e organizações da categoria profissional (Netto, 2017). Em seu desenvolvimento, ela recorre à tradição marxista, fruto também da influência do Movimento da Reconceituação.

Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-1964, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro. (Netto, 2017, p. 161 e 162)

O projeto de ruptura, mediante as crescentes indagações, exigia um intenso trabalho teórico-metodológico, na busca da crítica ao tradicionalismo e na apropriação de um novo e diferente arcabouço teórico. Entretanto, a categoria esbarrou em obstáculos. Primeiramente, a forte resistência que vinham da herança tradicional e, em segundo lugar, pelo fato de ser historicamente carente de produções teóricas. Uma vez que foi no desenrolar da renovação que cresceu a necessidade da profissão olhar para si mesma. Além disso, a corrente teórica marxista, sendo a corrente que a categoria se aproximava no período, vai em sentido contrário com a ideologia dominante que se firmava, em que dificultava a defesa explícita desse marco teórico, impactando também a experimentar as novas formas de intervenção baseadas nesse novo referencial (Netto, 2017). Aspectos esses que dificultaram uma aproximação bem estabelecida inicialmente no quesito do trabalho, se construindo primeiro como um produto universitário.

⁶ A partir das considerações de Netto (2011) o ‘Método BH’ ou “Método Belo Horizonte” “[...] é o traço mais visível da explicitação do projeto da ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais na primeira metade dos anos 1970 — o “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (p. 259)

Nesse sentido, percebe-se a importância da inserção da profissão no ciclo universitário. Visto que, é nessa relação com o ensino e a formação profissional, que o ambiente acadêmico se torna um lugar privilegiado para investigar e sistematizar os novos desdobramentos através de interações entre profissionais que podiam se dedicar na construção dos debates. Assim, possibilitando um ambiente para a produção intelectual crítica e desenvolvimentos de pesquisas. Em síntese, foi nas Universidades que “[...] se tornaram possíveis experiências piloto (através da extensão[...]) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob nova ótica. (Netto, 2017, p.238)

Essa última direção, vai ser fundamental para fortalecimento do Movimento de Reconceituação⁷ do Serviço Social na América Latina, priorizando uma base teórica para a profissão que olhe diante de uma visão crítica a realidade social e consequentemente refletindo no processo de formação dos assistentes sociais.

O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, compreende a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. (ABEPSS, 1996, p.5)

É sob esse viés que o Serviço Social começa o seu movimento de traçar os elementos importantes, pautado na teoria social marxista, de entender a profissão em si e o fazer profissional crítico. Dessa forma, a inserção nas universidades demarcaram papel crucial para a aproximação com o com a teoria social crítica advinda do marxismo. É na intenção de ruptura e com o aprimoramento da formação profissional que a categoria se estabelece.

Assim, a intenção de ruptura, não se trata apenas de uma vertente do processo de renovação, mas de um marco que redefiniu a própria direção do Serviço Social brasileiro. Foi nesse contexto que a formação profissional passou a se vincular a uma leitura crítica da realidade, sustentada na teoria social marxista. Essa perspectiva, ao se contrapor às funções adaptativas atribuídas à profissão pela modernização conservadora, buscou articular teoria e prática a partir da análise das determinações estruturais da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, sua consolidação esteve intimamente relacionada à ampliação das liberdades democráticas e à participação das classes subalternas na cena política (Netto, 2017). Por isso,

⁷ O movimento de Reconceituação, que ainda repercute nos dias de hoje, teve um papel fundamental na formulação do Código de Ética Profissional de março de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão de junho do mesmo ano e na definição das Diretrizes Curriculares de 1996. Esse processo consolidou e demarcou o início do compromisso da categoria com valores e princípios, impulsionando a construção de um projeto ético-político profissional baseado na criticidade do Serviço Social, pautados pela apropriação da base teórica marxista.

discutir a intenção de ruptura no próximo tópico é fundamental, pois é nela que se encontram as bases para o aprimoramento da formação profissional e para a aproximação crítica que orienta, até os dias de hoje, o projeto ético-político da profissão.

2.1.1 Intenção de ruptura e o Marxismo

José Paulo Netto (2011), reforça que a teoria crítica para Marx é construída para dar conta do conhecimento do objeto, “em sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”. O objetivo, é o que caracteriza a teoria crítica como importante para o Serviço Social, é sua capacidade de ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica, apreendendo e compreendendo o objeto em sua essência. Entender que a orientação do pensamento marxista é guiada pela natureza ontológica, sobre “como conhecer um objeto real e determinado em sua essência, indo além da sua simples aparência fenomênica”.

No contexto da vertente denominada intenção de ruptura, buscou-se aprimorar a intervenção da profissão, incorporando fortemente influências do movimento de Reconceituação presente na América Latina. Nessa perspectiva, a categoria se aproximou do marxismo partindo da teoria social crítica. Essa aproximação com o marxismo não foi mera adoção teórica, mas uma escolha política e epistemológica, já que a teoria social crítica oferecia os instrumentos necessários para desvelar as raízes estruturais da “questão social”. Entretanto, como apontado anteriormente, existia uma tensão entre avanço crítico e os limites profissionais, por muitas vezes estar subordinada às demandas do Estado e condições impostas pelo regime ditatorial em vigor no período. Essa conjuntura marcou profundamente a renovação do Serviço Social.

Baseado nas formulações de Netto (2017), e do explicitado anteriormente, a intenção de ruptura é umas das vertentes do processo de renovação do Serviço Social, que emerge na primeira metade de 1970. Inicialmente, sua ascensão ficou mais restrita ao circuito universitário e teve pouca influência no trabalho de profissionais. Importante destacar nessa vertente, que também explica a sua primeira aproximação no âmbito acadêmico, é que ela se caracterizou opositora a autocracia burguesa, no sentido de confrontar a ordem estabelecida. Essa postura de enfrentamento é o que a diferencia das outras vertentes do processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

Dessa forma, a intenção de ruptura manteve um posicionamento incompatível com os interesses e a lógica da ditadura militar e esse traço opositor moldou sua trajetória, o golpe de

abril rompeu bruscamente a articulação entre as forças críticas da profissão e suas bases sociopolíticas. Esse rompimento intensificou, entre os segmentos profissionais, a urgência de redefinir caminhos e ampliar o debate, não apenas para enfrentar as imposições do novo cenário político, mas também para repensar, de forma crítica (Netto, 2017). Para além disso, também se opunha às outras vertentes, principalmente em relação a vertente da perspectiva modernizadora⁸. De forma geral, sua proposta consistia em pensar o Serviço Social além de uma atuação meramente adaptativa às demandas do capital e do Estado, assumindo um trabalho profissional fundamentado na teoria social crítica e comprometida com a leitura das contradições que estruturam a realidade.

À diferença do que estava em jogo no caso das perspectivas modernizadora e de reatualização do conservadorismo, que encontravam (é verdade que de modo diverso) suportes para o seu desenvolvimento no curso anterior do acúmulo profissional, a perspectiva da intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático profissionais (Netto, 2017, p. 236).

Importante destacar, que em busca dessa vertente a vinculação com a universidade foi notável. Netto (2017), parte da análise, que a inserção da formação, tanto graduação com pós-graduação, do Assistente Social no circuito universitário foi um dos vetores significativos que ditou o rumo das perspectivas renovadoras brasileiras. O que caracteriza essa aproximação são as próprias limitações do período fascista, que impunha limites para a construção de práticas críticas no trabalho, conjuntura na qual se refletia tanto no setor estatal quanto em âmbito privado.

Outro ponto importante, que impulsionou a vertente da intenção de ruptura no circuito acadêmico, foi a reforma universitária, que abriu possibilidades como a carreira docente para assistentes sociais, e apresentou um ambiente relativamente menos hostil que outros campos para experimentar e formular novas propostas. Netto (2017), explica que:

[...] a refuncionalização da universidade oferecia aos protagonistas acima referidos não só um campo profissional novo (já vimos que só então a carreira docente se põe efetivamente para os assistentes sociais), mas relativamente menos inseguro para o projeto de ruptura. Entendamo-nos: a universidade enquadrada e amordaçada (também já o vimos) nunca foi um território livre; no entanto, pelas próprias peculiaridades do espaço acadêmico, este se apresentava como menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado aos demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menor resistência. Permitiria, se as condições fossem minimamente favoráveis, na conjugação de pesquisa e extensão, o atendimento de

⁸ A perspectiva modernizadora funcionava de forma funcional ao projeto de reforma controlada do Estado, enquanto a intenção de ruptura visava desafiar e criticar essas bases.

necessidades de elaboração e experimentação — e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura. (p. 237)

Dessa forma, a universidade, inserida em um contexto mais propício ao desenvolvimento da vertente, possibilita um campo para os avanços necessários para o esforço teórico-metodológico para criticar o Serviço Social tradicional, buscar novos referenciais teóricos e estimular a investigação da própria profissão, construindo acúmulos para entender a profissão em si mesmo. Além disso, a possibilidade da extensão universitária e do estágio supervisionado permitia experimentar novas formas de intervenção alinhadas a um novo embasamento teórico.

Netto (2017), compreende que o vínculo da intenção de ruptura com a universidade não foi apenas circunstancial, por falta de alternativas durante a ditadura, mas estrutural. Mesmo num cenário político diferente, as demandas internas do projeto, da necessidade de novos suportes teórico-metodológicos, do diálogo com outras áreas e sistematização da prática conferiram à universidade um papel central.

A relação genética do projeto de ruptura com a instituição acadêmica aparece, sob esta luz, como muito diversa de uma vinculação contingente. É claro que, postas as dificuldades de sua operacionalização noutros espaços pela conjuntura sociopolítica, 288 a intenção de ruptura teve seu leque de escolhas extremamente reduzido. No entanto, mesmo considerando-se hipoteticamente um quadro societário diferente, suas exigências imanentes haveriam de conferir à instituição acadêmica um papel central no seu processo — suas requisições de novos suportes teórico-metodológicos, a demanda de uma interação de novo tipo com as teorias e disciplinas sociais, a necessidade de sistematizar e elaborar as práticas implementadas etc., tudo isso implicaria um protagonismo essencial da agência acadêmica (Netto, 2017, p. 238)

A intenção de ruptura no Serviço Social não emergiu da mera vontade subjetiva, mas parte da expressão de um conjunto de forças estruturais da sociedade brasileira, vinculadas ao processo de laicização e diferenciação da profissão. Outro ponto importante citado por Netto (2017), fundamental para pensar essa vertente, é a relação criada com a conjuntura política vivenciada na autocracia burguesa. O golpe não conseguiu acabar com as bases sociopolíticas que fundamentam a intenção de ruptura no Serviço Social, essa vontade estava ligada ao processo de democratização que acontecia no Brasil entre 1961 e 1964, um período que foi interrompido violentamente pelo golpe. Muito desse contexto reflete no caráter político e ideológico que se desenvolve essa vertente.

Além da sua emergência no âmbito universitário, Netto (2027) entende que a vertente da intenção de ruptura é marcada por mais dois momentos importantes, a sua consolidação acadêmica e seu espraiamento pela categoria. Seu primeiro ato inaugural, inicialmente, parte

no no contexto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, com a iniciativa de um grupo de jovens profissionais⁹ na elaboração da primeira formulação da intenção de ruptura o “Método Belo Horizonte”, um documento com ideias inovadora que propunha “[...]uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (Netto, 2017, p. 248).

Segundo o autor José Paulo Netto (2017), o desenvolvimento da vertente da intenção de ruptura, primeiramente, caracteriza-se por uma análise crítica das propostas de renovação profissional, resgatando o projeto da ruptura especialmente em formulações latino-americanas. Essa fase teve como mérito colocar novamente o projeto da ruptura no centro do debate profissional, destacando temas que desafiam o tradicionalismo. O segundo momento, que abarca o início dos anos 1980, aproveita esses avanços e se beneficia do contexto de crise e superação da ditadura, com seus impactos sociais, acadêmicos e profissionais. Nesse estágio, a análise torna-se mais ampla e histórico-crítica, utilizando diretamente as teorias sociais clássicas para refletir criticamente sobre a própria instituição do Serviço Social. Esse avanço representa sua consolidação, tendo em vista a maioria intelectual e teórica da intenção de ruptura, posicionando-a em diálogo equilibrado com as ciências sociais e outras áreas do saber, e as novas produções que a categoria vinha construindo.

Este momento, como se constata, é bem distinto daquele em que a intenção de ruptura emerge. Nele se imprimiram as marcas colidentes e contraditórias do evoluir ditatorial e da resistência democrática na segunda metade dos anos 1970: tanto as mais deletérias (os efeitos da oclusão dos condutos entre esta perspectiva e suas bases sociopolíticas, as políticas culturais neutralizadoras etc.), quanto aquelas que possuíam um mais nítido potencial eversivo. As primeiras se fizeram sensíveis no deslocamento do que fora nuclear no momento de emersão do projeto da ruptura: à elaboração de uma alternativa global ao tradicionalismo substituiu-se a sua crítica epistemológica e ideológica e, enfim, histórica; as segundas se revelam no nível teórico-crítico alcançado pelas elaborações dos assistentes sociais vinculados à renovação no sentido do rompimento. Este momento — em que o projeto da ruptura se consolida academicamente —, com o acúmulo particular que propiciou e configurador, em face do passado, de uma massa crítica nova, permitiu à perspectiva da intenção de ruptura uma reserva de forças com as quais ela ingressou no seu terceiro momento, que ainda vivemos: o momento em que ela se espraia para o conjunto da categoria profissional. (Netto, 2017, p. 251)

O terceiro momento da vertente, se consolidou na sua evasão para fora dos muros da academia com o intuito de atingir a categoria no trabalho profissional. No período entre

⁹ Grupo formado nos imediatos pré e pós- 64 pela direção intelectual de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, ambas professoras da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

1982-1983, impulsionada pelo contexto da transição democrática¹⁰, essa perspectiva passou a se inserir e a assumir protagonismo em diversas esferas da vida profissional. A vertente da ruptura começa a moldar os debates da categoria, influenciando significativamente a produção intelectual, repercutindo na formação oferecida pelas principais instituições acadêmicas e alcançando as organizações representativas dos assistentes sociais. Em outras palavras, a partir da metade dos anos 1980, fica claro que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um elemento legítimo no processo de renovação do Serviço Social no Brasil, mas também demonstra seu potencial criativo, desafiador e altamente produtivo (Netto, 2017).

Netto (2017), vai explicar a vertente da intenção de ruptura, como um movimento dinâmico, que não apenas singulariza a perspectiva da intenção de ruptura dentro do campo da renovação do Serviço Social no Brasil, mas também acompanha todo o seu desenvolvimento histórico. Principalmente em relação ao seu eixo teórico metodológico, ou seja, embora os seus fundamentos centrais – os eixos teórico-metodológicos, os núcleos temáticos e os indicativos profissionais – sejam mantidos ao longo do tempo, os acúmulos ocorrem por meio da incorporação de novas ideias e abordagens que introduzem inflexões importantes. Essas mudanças garantem a continuidade, que preserva suas bases originais enquanto evolui e se adapta às novas condições históricas e profissionais.

Em relação aos seus aportes teórico-metodológicos, a referência à tradição marxista marca todo o aprofundamento crítico da intenção de ruptura. No momento da emergência da vertente, aproxima-se da tradição marxista principalmente por meio da militância política, que condiz muito com a realidade vivida na ditadura, marcada pelo protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas e pela intensa mobilização estudantil entre 1964 e 1968. De acordo com Netto (2017), essa aproximação apresenta limitações evidentes, como a instrumentalização do marxismo para legitimar estratégias e a escassa possibilidade de reflexão teórica sistemática.

Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção da ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista — de onde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica” etc (Netto, 2017, p. 252 e 243).

¹⁰ A transição democrática no Brasil foi o processo histórico de passagem do regime autoritário militar para um regime democrático, que ocorreu principalmente entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, culminando com a redemocratização do país. A transição foi fundamental para a reorganização política, social e cultural do Brasil, influenciando diretamente as instituições e as políticas públicas, oferecendo ao Serviço Social a expansão do seu trabalho a partir de uma postura mais crítica.

Já no segundo momento, na relação da vertente com a inserção no circuito universitário, tem-se o destaque para o “marxismo acadêmico”, de acordo com o autor, torna-se a referência predominante, ainda que em um contexto universitário isolado e neutralizado. Essa forma de marxismo, embora mantenha traços de redução epistemológica, estabelece um padrão rigoroso de análise textual dos documentos profissionais, incorporando as dimensões políticas e históricas sob uma lente paradigmática. Apesar da persistência do marxismo acadêmico, a transição democrática recoloca a política e a história como objetos centrais e possíveis da reflexão, o que impulsiona o uso das fontes originais e dos “clássicos” do marxismo que contemplam a historicidade (Netto, 2017).

Apoiando-se nos avanços anteriores e no fortalecimento das tendências democráticas, essa perspectiva passa a recuperar diferentes vertentes da tradição marxista para analisar questões contemporâneas da profissão, como a formação, os campos de atuação e as políticas de prática. Esse processo, no entanto, foi marcado por algumas contradições, muitas delas decorrentes do caráter inicial da aproximação enviesada ao marxismo.

Em suma, a reivindicação da filiação teórico-metodológica que perpassa todo o processo da intenção de ruptura, unificando-o sobre um mesmo terreno de concepções teóricas, metodológicas e ideológicas, na maturação do próprio processo revela inflexões que concretizam mudanças na sua continuidade (Netto, 2017, p.253)

Portanto, a renovação no Serviço Social brasileiro, com o forte destaque para a influência da vertente da intenção de ruptura, possibilitou o avanço no trabalho profissional. O amadurecimento do Serviço Social encontra sua expressão na defesa de um Projeto Ético-político Profissional que, alinhado à luta da classe trabalhadora, utiliza a teoria crítica de Marx — a única capaz de captar a realidade em sua essência — para interpretar e atuar na realidade social.

Outro marco importante na vertente da intenção de ruptura foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) de 1979, conhecido como o "Congresso da Virada". O evento formalizou a ruptura teórica e política com o tradicionalismo da profissão, consolidando um amplo processo de autocritica e busca por novas direções. Diante do contexto da ditadura civil-militar, a categoria expressou sua resistência, articulando a defesa dos direitos sociais e um projeto profissional alinhado aos interesses da classe trabalhadora. Desse modo, o Congresso marcou a negação das bases tradicionais que reduziam o Serviço Social a uma prática técnico-burocrática e subserviente à ordem vigente.

O Congresso da Virada se articula ao movimento mais amplo de renovação

profissional brasileira, ao lado da formulação inicial da intenção de ruptura no “Método Belo Horizonte”. Se nesse primeiro momento inaugurou uma alternativa crítica no plano teórico e metodológico, o Congresso representou a sua consolidação coletiva e política, ampliando o alcance da ruptura para toda a categoria. Desse modo, o evento não apenas fortaleceu a dimensão acadêmica da crítica, mas também assegurou seu espraiamento como projeto profissional. Foi nesse momento que se aprovou um direcionamento radical, rompendo com o conservadorismo e o pragmatismo e adotando o Projeto Ético-político do Serviço Social, pautado na teoria crítica e no compromisso com a classe trabalhadora. Como consequência, de todo esse movimento de avanços, a categoria materializa seus ideais em documentos e legislações legitimadas, tais como o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996.

Partindo desse ponto, o Serviço Social, em sua perspectiva hegemônica, não se limita a um fazer profissional imediatista, tecnicista e instrumental. Afirmando a indissociável relação teoria e prática, na qual, a profissão busca compreender criticamente a realidade social, identificando as determinações estruturais que condicionam as expressões da “questão social”¹¹, oferecendo um arcabouço para a construção e elaboração de estratégias que ultrapasse apenas a resposta às demandas. É nesse movimento dialético da interação de teoria e prática, que se permite o entendimento da práxis. Essa na qual é compreendida como um movimento consciente e intencional de transformação da realidade social, assim superando a dicotomia, uma vez que, não se trata apenas de aplicar um conhecimento pré-existente, mas de construir novas compreensões e ações a partir da interação com a realidade.

[...] as determinações postas na categoria práxis não obedecem a uma relação de causa-efeito, mas, ao contrário, constituem-se num conjunto de articulações hierarquicamente dispostas, que se convertem tanto no universal concreto quanto no singular, temo que a apreensão das particularidades da práxis sócio-humana não podem ser realizadas fora do âmbito da totalidade. (Guerra, 1999, p. 187)

Nesse contexto, a profissão do Serviço Social é baseada na realidade situada e, para o processo de intervenção, é necessário conhecer e entendê-la. Com isso, para além de entender a realidade vivida é preciso entender o sujeito que a vive, ou seja o ser social, é a partir dele e de suas relações sociais que manifesta a contradição capital e trabalho, é nessa relação que o

¹¹ Segundo as construções Marilda Iamamoto (2013), “a “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista (Netto, 2001; Iamamoto, 2007) e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.” (p. 618)

capitalismo vai inserir seus objetivos e determinações. Portanto, faz parte da construção do perfil profissional, com base na investigação, reconhecer a historicidade do ser social, das suas relações, particularidades, demandas e principalmente as formas de conhecimento desse indivíduo em sociedade, por meio da teoria social marxista. Nesse sentido, o próximo capítulo dedicará sua atenção ao debate sobre o conhecimento, partindo da relação entre a profissão e o marxismo, destacando sua relevância para a compreensão da dimensão investigativa como um princípio fundamental na formação e na prática profissional.

3 A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo abordará a compreensão de que o conhecimento constitui elemento central no processo de investigação — investigação esta entendida como dimensão constitutiva da formação e do exercício profissional em Serviço Social. Trata-se de reconhecer que produzir e sistematizar conhecimento não é um ato meramente acadêmico, mas uma exigência para a leitura crítica da realidade e para a formulação de respostas profissionais fundamentadas.

Yolanda Guerra (2009), apoiando-se em Lukács (1994), define o processo de conhecimento como a única via capaz de proporcionar luz e esclarecimento sobre a realidade, conferindo-lhe sentido e inteligibilidade. A autora reconhece que o conhecimento não é homogêneo, mas composto por diferentes graus “oriundos da intuição, do entendimento e da razão crítico-dialética”, sendo esta última a única capaz de permitir a apreensão das contradições e do movimento do real. Esses níveis se apresentam como momentos distintos, porém complementares, indicando que o conhecimento pode surgir de múltiplas fontes, sendo o diferencial a maneira como é apropriado, criticado e reelaborado pelo sujeito. Guerra (2009) ainda destaca que o conhecimento é um processo dinâmico e inacabado, passível de constante renovação por meio de novos questionamentos e da crítica permanente.

Quando falamos da natureza específica do objeto de estudos das ciências sociais, esse também sendo qualitativo, estamos lidando com fenômenos relacionados à vida em sociedade, como cultura, política e economia. E esse fenômenos não podem ser explicados, em sua natureza social, por elementos fixos, tal como ocorre nas ciências exatas, pois sua natureza social é dinâmica, complexa e historicamente determinada. Ao contrário dos objetos das ciências naturais, o social é uma construção humana marcada pelo tempo e pelo espaço, diante disso a necessidade de sucessivas aproximações para compreendê-lo em sua totalidade, uma vez que o social não é algo fixo e sim mutável.

Seguramente, a natureza social, distinta da natureza física e de seus elementos decodificadores, é sujeitada a múltiplas variáveis demarcadas pelo campo difuso das relações societárias e multiculturais. Todavia, a diversidade das características do objeto (nesse caso de construção sócio-histórica) não lhe retira, em absoluto, sua capacidade de construção da explicação do real. Afinal, o social é sempre uma construção, portanto é grafado pela relação espaço tempo. Todo conhecimento é peregrino até que um novo conhecimento demonstre sua falência (Sposati, 2007, p.17)

Minayo (1993), nos diz que o objeto das Ciências Sociais, é histórico, ou seja, está

diretamente relacionado à formação sócio-histórica que compõem a vida em sociedade, em que cada momento histórico é carregado de determinadas características que são refletidos em estruturas sociais específicas que resultam de processos anteriores e influenciam os caminhos futuros. “Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais” (Minayo, 1993, p.13).

Pensando nesses dois pontos em consonância, o processo de conhecer e se aproximar do seu objeto, e aqui em referência aos objetos das ciências sociais, exige do sujeito ir além da reprodução da realidade tal como ela se apresenta. Nesse sentido, conhecer e entender o objeto e os fundamentos do Serviço Social exige uma apropriação crítica que permita compreender suas contradições, totalidades e movimentos.

Minayo (2008), explica que para conseguir investigar um problema, não basta somente olhá-lo, no sentido que apenas esse movimento pudesse possibilitar a compreendê-lo e sua totalidade. De acordo com a autora “a compreensão da realidade é sempre mediada: por teorias, por crenças, por representações” (Minayo, 2008, p.19), sendo a teoria o momento em que o sujeito que pesquisa constrói cientificamente o processo da investigação sobre um objeto.

A profissão atua na posição de interpretar, analisar e intervir sobre as manifestações da “questão social”, se tratando de uma profissão crítica, interventiva e propositiva orientada pelos seus princípios ético-políticos (Guerra, 1999). Diante dessa perspectiva, compreende-se o papel da dimensão investigativa no Serviço Social, sendo ela capaz de fundamentar e instrumentalizar a profissão para o fazer profissional. O conhecimento e a pesquisa dentro da categoria não são elementos secundários, mas sim estruturantes da profissão, com o intuito de garantir que a intervenção seja qualificada, crítica e propositiva.

Myrian Baptista (2006), parte do ponto de vista sobre o que significa o processo de investigação, compreendendo-o como “[...] um estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável, a um corpo de conhecimentos de que se dispõe em dada área de reflexão [...]” (Baptista, 2006, p. 15). Nesse sentido, a dimensão investigativa, em sua amplitude, parte do mesmo princípio.

Assim, o conhecimento exerce um papel crucial para compreender os diferentes fenômenos da realidade, entendendo as particularidades e os meios necessários para compreendê-la em sua totalidade. Sendo o processo de investigação capaz de buscar o conhecimento além do senso comum. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares da Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 trazem explícito o perfil necessário para o profissional do Serviço Social:

[...] formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica. (Guerra, 2009, p.2)

É por meio do processo de investigação que se cria estratégias para intervir no objeto, sendo a associação da realidade e a condição de conhecê-la capaz de nos fornecer os instrumentos para a atuação profissional.

Existe uma multiplicidade de maneiras de interpretar, conhecer e entender o mundo, o quesito a ser discutido é não limitar esse conhecimento, e sim entender que “o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como se expressa na sua aparência” (GUERRA, 2009, p.6). Entretanto, para a competência dos assistentes sociais é preciso um aprofundamento e entendimento dos contextos vividos em sociedade, dessa forma é no processo de investigação que se vai fornecer meios para essa compreensão e os instrumentos necessários para a intervenção.

Posto isso, é apoiado na investigação que o profissional vai relacionar a teoria estudada com a realidade posta, ela vai destrinchar os objetos em suas diversas particularidades. Diante disso, a investigação na formação profissional deve fornecer uma base teórico-metodológica, intelectual e um amadurecimento acadêmico para utilizar e aplicar os métodos necessários para uma estruturação e um guia para sua análise investigativa.

Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância. (GUERRA, 2009, p. 8)

Vale ressaltar que, a dimensão investigativa faz parte da competência ético-política e reconhecê-la como constitutiva da profissão, reforça também o compromisso do Serviço Social com um projeto de transformação social. A pesquisa e a análise da realidade não são fins em si mesmos, mas meios para construir uma prática profissional que contribua para a

superação das desigualdades e para a garantia de direitos, sendo não apenas competência da profissão, estudar a realidade, mas buscar nela as possibilidades de ação e mudança. E, é dessa maneira, que a investigação exerce fundamental participação, não se restringindo a um aspecto técnico da profissão, mas refletindo uma postura ético-política, que vê e compreende a necessidade de conhecer e entender a realidade para atuar nela, comprometendo-se com o projeto ético-político da categorias.

No âmbito das nossas competências políticas, a pesquisa permite que se apreenda a sociedade como um espaço de contradições, os interesses sociais e econômicos subjacentes aos projetos societários, partidários e profissionais. Ela indica os protagonistas da cena política, suas articulações e alianças e possibilita identificar aliados. Do mesmo modo, permite compreender o significado social e político das demandas e respostas profissionais. E não nos permite descuidar do estabelecimento de estratégias sociopolíticas e profissionais. (Guerra, 2009, p.16)

Em vista disso, é imprescindível a necessidade da compreensão e estudo da dimensão investigativa durante o processo de formação. A formação, para além de fornecer as bases críticas para compor o processo de investigação, deve deixar a luz a importância e a potencialidade dela, ultrapassando o poder da dimensão investigativa para a produção de conhecimento e mostrando sua potencialidade e condição intrínseca à atuação profissional.

Dessa forma, pontua-se a relevância de reconhecer a dimensão investigativa como uma dimensão da prática profissional, como uma extensão que busca analisar, compreender e explicar as particularidades da profissão, e também deixar explícito no processo formativo o papel que ela desempenha. A dimensão investigativa, mencionada pela regulamentação da profissão e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na prática profissional não deve ficar “flutuando” entre as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e sim se inserir transversalmente como forma de articular essas dimensões .

Assim, a dimensão investigativa é fundamental no processo de compreensão e análise do Serviço Social, em suas dimensões, teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e na interventiva.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, por que fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. (Abepps, 1996, p. 14)

E, são nessas quatro questões fundamentais, que se incide o processo de investigação,

visando estimular o pensamento crítico e a entender as particularidades da profissão que incide diretamente na forma de intervenção. Esse processo tendo de ser motivado durante a formação e deve permanecer na atuação profissional.

Nesse sentido, as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996, p.6), apontam como princípios que fundamentam a formação profissional o “Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”. Ou seja, durante o processo formativo, a dimensão investigativa deve aparecer como elemento e condição central.

3.1 DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABEPSS) de 1996¹² representam um marco no processo de formação em Serviço Social no Brasil, consolidando uma proposta que busca alinhar as constantes mudanças na sociedade com a capacidade crítica dos assistente sociais em desvelá-las e intervir em cima disso. Assim, ela foi motivada por um aglomerado de fatores histórico e político que perpassa o Serviço Social ao longo do tempo.

Ao recuperar elementos históricos da formação em Serviço Social, é fundamental destacar a criação, em 1948, da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), justamente com a motivação do crescimento dos debates para a qualificação da formação profissional. Em continuidade, a partir da década de 1960, impulsionado pelo contexto político e social da época, o Serviço Social começou a entender as problemáticas produzidas pela perspectiva assistencialista, iniciando um processo de distanciamento e incorporando uma visão mais crítica. Nesse momento, o Serviço Social brasileiro, e de toda América Latina, passa a se movimentar em busca de direções teóricas, pretendendo consolidar e reconceituar a profissão.

De acordo com Iamamoto (2014), o primeiro sinal desse movimento de reestruturação do projeto de formação, que antecede a efetivação da DC 1996, foi a aprovação pelo MEC em 1982 do currículo mínimo. Processo esse que foi proposto pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)¹³. Representando um pouco desse avanço que foi

¹² Em 2016, a ABEPSS completou 70 anos. Até a metade da década de 1990, era chamada de Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). Em 1998, adotou o nome atual ao incorporar o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais (CEDEPSS). Sendo o objetivo dessa fusão fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão, integrar graduação e pós-graduação, consolidar a base científica da entidade e organizar melhor a pesquisa, resultando na criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em 2010 (ABEPSS, [s.d]).

motivado pelo movimento de reconceituação da profissão, além de espelhar uma frente de luta política e acadêmica no período da autocracia burguesa (Iamamoto, 2014). Embora o Currículo Mínimo de 1982 tenha representado um avanço, foi somente com as Diretrizes Curriculares de 1996 que a formação em Serviço Social se alinhou ao Projeto Ético-Político defendido pela profissão.

Nesse contexto, compreende-se que a formação em Serviço Social, e a profissão em si, é balizada pelos fatores históricos e sua relação com as transformações que acontecem na sociedade. Em meados dos anos 1990, com a consolidação do neoliberalismo e com uma clara redução do papel do Estado diante da garantia de direitos, novos cenários foram postos na categoria. Foi nesse momento que a profissão buscou a qualificação do seu trabalho frente às novas demandas que o contexto provocava, resultando no novo modelo das Diretrizes Curriculares de 1996. Sendo ela fruto de intensos debates da categoria¹³ (em âmbitos locais, regionais e nacionais), em busca de uma formação profissional que “[...] expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.” (ABEPSS, 1996, p.7)

Em 1996, foi aprovado pela categoria o Documento “Diretrizes Básicas para a Formação Profissional”, que posteriormente em 2001, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado pelo Ministério da Educação. Vale destacar que nesse processo houve esvaziamento da perspectiva crítica de toda a proposta construída pelo documento da ABEPSS, sendo aprovados com cortes e restrições (Santos, 2004). Ou seja. Embora tenha avançado na perspectiva do currículo mínimo, não expôs em seu conteúdo toda a conjuntura política que envolveu a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Segundo Teixeira (2015),

Vários aspectos são suprimidos na versão do MEC, principalmente no que diz respeito às competências e habilidades, e aos princípios da formação, assim como os Tópicos de Estudos, expressões dos conteúdos necessários aos componentes curriculares. Sem estes tópicos e/ou matérias cada unidade de formação acadêmica tem —autonomial para desenvolver seus conteúdos em diferentes disciplinas, perdendo a lógica articulada dos núcleos de fundamentação no conjunto dos componentes curriculares e na direção teórica desses conteúdos (p. 256).

¹³ Marilda Iamamoto (2014) sucinta esse momento em seu texto. Afirma que, durante esse período, sob a liderança da professora Marieta Koike, a ABESS estabeleceu diálogo com o MEC-Sesu, o que resultou na criação da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Essa comissão teve um papel estratégico, encaminhando as diretrizes ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e garantindo a preservação da proposta original da ABESS por meio de articulação política eficaz.

Todavia, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS representam o rompimento com a ideia de currículo mínimo obrigatório, promovendo uma formação integrada, em que o ensino teórico-prático foi reestruturado visando assumir um papel horizontal em todo o currículo. Conversando diretamente, e com o intuito de refletir, nas dimensões do exercício profissional, sendo elas a teórico-metodológica, a ético-política e técnico-operativa (Santos, 2004). Nesse contexto tem-se uma preocupação maior em delimitar os fundamentos da formação em Serviço Social, visando não só qualificar criticamente esse processo, como também fortalecer o Projeto ético-político.

Sob essa ótica, a formação e os princípios da Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2021), vão ser pensados na lógica de usar da capacidade crítica para entender a realidade e os reflexos da “questão social”. É nesse sentido que os pressupostos norteadores são pensados, destacando a complexidade das relações sociais nas quais a profissão está inserida.

Assim, o primeiro pressuposto vai destacar a profissão enquanto atuante sob as manifestações da “questão social”, partindo das contradições provocadas pelo capitalismo monopolista, significando na formação preparar os futuros profissionais a compreenderem essas contradições para intervirem de forma crítica:

1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista (ABEPSS, 1996, p.5).

Já o segundo, vai estabelecer a relação da profissão com a “questão social”, sendo essa relação perpassada por processo sócio-históricos e teórico-metodológicos, implicando a formação o desenvolvimento de uma base sólida, capacitando o profissional a compreender e atuar sobre os fenômenos sociais de maneira congruente a realidade posta em cada momento, diante de sua conjuntura social, política e histórica: “2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. (ABEPSS, 1996, p.5)

No terceiro, irá pensar nos impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo nas demandas direcionadas ao Serviço Social, entendendo que reformas do Estado e o enfraquecimento das políticas públicas exigem profissionais capacitados a lidar com essas mudanças. Na formação, isso se traduz na necessidade de entender as novas dinâmicas sociais e econômicas, bem como desenvolver estratégias de resistência e fortalecimento da luta por

direitos.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho (ABEPSS, 1996, p.5).

E o quarto, delimita o trabalho do assistente social diante das influências dos processos estruturais que perpassou as formas de expressão da “questão social” ao longo da história, envolvendo diversas parcelas que atravessam o trabalho profissional. Na formação isso representa o papel de preparar os profissionais para compreender e analisar criticamente as políticas sociais, as lutas populares e os projetos societários em disputa.

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.5).

Em síntese, são esses pressupostos que irão representar as bases fundamentais para a construção e consolidação da Diretrizes Curriculares, orientado os objetivos, conteúdos e organização que devem decorrer o processo de formação profissional Ajudando na construção de bases teóricas, metodológicas e ético-políticas para nortear o caminho das diretrizes da ABEPSS. É a partir disso, que serão pensados os princípios fundamentais, as diretrizes, os núcleos de fundamentação, as matérias básicas e as atividades indispensáveis integradoras, com o intuito de alcançar o objetivo da nova lógica curricular da formação profissional.

A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. (ABEPSS, 1996, p.8)

É nesse contexto que a necessidade de um projeto de formação robusto se impõe. O capitalismo monopolista é fonte das constantes produções e reproduções das expressões da “questão social”, em que cria as contradições estruturais que se manifestam de forma multifacetada. É diante dessa complexidade e dinamicidade, refletidos nos processos de reestruturação produtiva e das reformas neoliberais, que a atuação do assistente social exige uma formação sólida e abrangente. Formação essa que integra os aspectos

teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, capacitando a profissão para atuar diante da complexa realidade social. Sob esse viés, é pensado a nova lógica curricular, pensando na formação que não apenas desenvolva a competência técnico-operativa, mas também pensada no fortalecimento da criticidade e do compromisso político.

Assim, pautado em uma fundamentação que será capaz de constituir de forma indissociável um conjunto de conhecimentos que irão balizar a estrutura capaz de entender a totalidade da realidade para analisá-la e intervir sobre ela, que as Diretrizes Curriculares propõem a construção dos “Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional”. Sendo eles: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

À medida em que estes três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações - aqui entendida como a relação teoria-prática - que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão. (ABEPSS, 1996, p.8)

A proposta desses núcleos de fundamentação é pautar a formação profissional na “totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p.8). Sendo assim, o primeiro, o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, tem como objetivo: “uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico” (ABEPSS, 1996, p. 10). Já o segundo, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, visa o:

[...] conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional (ABEPSS, 1996, p. 11).

E o último, sendo o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, tem em vista a considerar:

[...] a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. (ABEPSS, 1996, p. 12).

Cláudia Mônica dos Santos (2004), explica que essa reforma curricular, pensada nessa forma de saberes indissociáveis, ou nesse caráter de horizontalidade, é característico do novo modelo de ensino da prática, articulando pesquisa e a ética em todo esse processo. Para além disso, ela chama atenção para relação horizontal que as diretrizes buscam enfatizar nos documentos entre os esse três núcleo supracitados e na sua relação com o “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p.29) e com a “ética como princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPSS, 1996, p.29).

Propõe-se uma lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções (ABEPSS, 1996, p.9).

Portanto, o seguinte item se preocupou em apresentar o avanço da formação profissional em Serviço Social a partir da nova lógica curricular que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 propõem. Fundamentando sua proposta em afirmar uma concepção de ensino e aprendizagem que forme profissionais capacitados para a compreensão e intervenção na realidade.

3.1.1 Lógica curricular das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a dimensão investigativa

É importante entender, que a nova lógica curricular expressa uma ideia de qualificação da formação profissional em busca de um profissional com rígida formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesse sentido, essa nova lógica foi proposta,

[...] entendendo que a construção desse novo projeto trouxe os fundamentos necessários para apreensão do significado social da profissão, de suas determinações

constitutivas, reconhecendo concretamente a realidade social como chão histórico do qual emergem sua natureza, suas possibilidades e efetiva dinâmica de transformação (Maroneze; Fortuna, 2024, p.90).

A nova estrutura curricular, proposta pela ABEPSS (1996), busca estar em consonância com o contexto histórico-político atual e, ao mesmo tempo, orientar-se para as perspectivas futuras da profissão. No entanto, a implementação dessas diretrizes enfrenta obstáculos. Nesse sentido, Cardoso (2000) destaca que, para atender às exigências do Projeto Ético-Político, o projeto de formação da categoria enfrenta um desafio crucial, a dimensão investigativa na formação:

garantir uma formação profissional a base da pesquisa e sob a ótica pluralista, considerando que a dimensão investigativa se constitui um princípio e condição de formação e das práticas profissionais e que a postura pluralista supõe relações democráticas construídas na interlocução crítica entre portadores de perspectivas político-ideológicas diferenciadas (p.16).

Nesse sentido, o fortalecimento da dimensão investigativa na formação reforça a importância da atitude investigativa e da produção de conhecimento como um instrumento para defesa do projeto ético-político da profissão. Entretanto, por perpassar entraves em sua materialização é necessário compromisso contínuo com o ensino dessa dimensão ao longo de toda formação, uma vez que

Ela tem caráter transversal, já que a proposta está justamente em assimilar que os três núcleos de fundamentos expressam níveis distintos de abstração da realidade, os quais são necessários para captar as mediações no processo de investigação, dando subsídios para a intervenção profissional, à medida que fornece elementos para uma apropriação mais consistente da realidade social (Maroneze; Fortuna, 2024, p.141).

Como já apresentado a dimensão investigativa é um pilar central na formação em Serviço Social, bem como, nas Diretrizes Curriculares é afirmado sua centralidade no processo formativo. No entanto, sua efetivação e implementação no plano real muitas vezes é perpassada por desafios que a colocam em segundo plano, seja pela lógica de ensino das Universidades, pela imediatividade do cotidiano, ou pelo sucateamento da educação. Nesse sentido, a lógica expressa nas diretrizes é de buscar integrar de maneira contínua e indissociável a teoria, a prática e a ética, buscando uma formação crítica. Portanto, a investigação deve ser compreendida não apenas como um momento isolado no processo formativo, mas como um princípio que permeia toda a trajetória.

O processo da investigação no e em Serviço Social deve ser colocado enquanto um processo contínuo de construção e reconstrução do objeto de intervenção profissional, capaz

de se refletir não só nos âmbitos acadêmicos, como também na prática profissional. Isso deve ser fruto de uma dinâmica contínua de associar a dimensão investigativa com outros componentes do currículo, como forma de potencializar a dinâmica posta de transversalidade. De acordo com Guerra, Backx e Repetti (2013), a transversalidade se diz respeito a garantia de que certos conteúdos estarão presentes em diversas disciplinas ao longo da grade curricular, sendo abordados com diferentes níveis de profundidade conforme a necessidade e o contexto de cada componente.

Seguindo essa linha, apesar de compreender que essa dimensão é trabalhada de forma transversal durante o processo de formação e que deve aparecer em todo o processo, o fato dela se mostrar evidente somente em alguns âmbitos pode mascarar o potencial dela proposto pela ABEPSS.

Nas Diretrizes Curriculares, a dimensão investigativa constitui um princípio fundante, concebido para permear a totalidade do processo de formação profissional. Não obstante, a sua materialização se dá de forma mais explícita em determinados componentes curriculares, sendo o primeiro deles as atividades complementares:

atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a **dimensão investigativa** como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade (ABEPSS, 1996, p.15).

Nesse sentido, a dimensão investigativa vai se expressar nos diálogos interdisciplinares que sustentam o objetivo dessas atividades. Visando promover a graduação para além do ambiente da sala de aula, incentivando a pluralidade, fortalecimento da formação crítica e ampliar o conhecimento teórico e sua manifestação em ambientes diferentes, como na produção científica, projetos de extensão e entre outros. No entanto, os limites institucionais, muitas das vezes, podem atravessar esse objetivo impedindo que eles alcancem todo o corpo discente.

Já na proposição de matérias básicas, a Pesquisa em Serviço Social, para além de ser o momento em que se destrincha o fazer metodológico da produção científica, nas diretrizes se expressa como o momento de mostrar o papel da investigação como parte imbricada ao fazer profissional:

Pesquisa em Serviço Social: Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A **investigação como dimensão constitutiva** do trabalho do

assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional (ABEPSS, 1996, p.18).

A dimensão investigativa do trabalho de conclusão de curso (TCC), estabelecido pelas Diretrizes Curriculares como uma atividade indispensável, carrega um papel de síntese e de expressão da totalidade da formação acadêmica. Por meio desse trabalho, o discente articula de maneira coerente e aprofundada os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Trabalho de Conclusão de Curso: é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um **processo investigativo**, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso (ABEPSS, 1996, p.18).

O desafio é superar a visão que associa a dimensão investigativa apenas à produção de conhecimento ou a disciplinas isoladas, como a de pesquisa. Embora a produção de conhecimento seja uma de suas expressões, a dimensão investigativa não se restringe a ela, mas sim se constitui como uma prática transversal, que permeia toda a formação. A proposta é justamente aproximar os alunos do movimento do pensamento crítico e da sua materialização, mostrando que a investigação é uma ferramenta fundamental para a articulação entre teoria e realidade social. O obstáculo, portanto, reside em superar a visão que reduz a pesquisa a um mero requisito acadêmico, em vez de reconhecê-la como uma prática contínua e essencial à profissão.

A problemática em questão refere-se aos impactos gerados quando a dimensão investigativa não é compreendida em sua totalidade e em seu caráter transversal na formação profissional, fortalecendo a “[...] perspectiva teóricas que fragmentam na dicotomia entre teoria e prática, não conseguindo perceber como parte da conexão dialética que articula os núcleos de fundamentação” (Maroneze; Fortuna, 2024, p.93). Nesse sentido, a fragmentação impede que se perceba a investigação como parte essencial do processo formativo, capaz de conectar os núcleos de fundamentação por meio de uma abordagem dialética.

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABEPSS, 1996, p.13).

Outro ponto importante é reconhecer que o desenvolvimento de um perfil

investigativo é uma responsabilidade compartilhada entre os sujeitos envolvidos no processo da formação, estudantes, docentes e supervisores de estágio, sendo isso “importante ser destacado, porque a atitude investigativa não se manifesta nos estudantes de modo ocasional, é um componente que deve ser formado e exercitado ao longo da formação” (Maroneze; Fortuna, 2024, p.142). Isso significa que o processo de investigação não pode ser tratado como elemento secundário ou eventual no percurso formativo, mas sim como componente estruturante da formação profissional. Para isso, é necessário que os docentes estimulem a postura crítica e reflexiva, promovendo um ensino que incentive a problematização da realidade social. Da mesma forma, os supervisores de estágio devem fomentar a articulação entre teoria e prática, incentivando os estudantes a utilizarem a investigação como ferramenta para compreender e intervir nas expressões da questão social. Bem como o compromisso dos estudantes com a leitura, em busca de compreender a profissão e seu objeto de intervenção.

Nesse contexto, nota-se um desafio na formação profissional para garantir que a investigação se torne uma prática transversal e central no cotidiano acadêmico. Apesar da matriz curricular prezar por um currículo que busque a transversalidade da dimensão investigativa, a forma praticada, pensando na realidade da atual estrutura das universidades, de encaixar cada conhecimento em uma disciplina, ou em uma área específica, pode acabar dissociando o processo de conhecimento integrado.

É necessário ter claro que essa atitude/postura investigativa compreende um questionamento permanente sobre o objeto de intervenção, é uma prontidão que o profissional tem no sentido de buscar novos dados, criar novos conhecimentos, comprovar os já existentes e descobrir novas possibilidades na efetivação das competências e habilidades profissionais. Remete a uma inquietação diante do emaranhado de questões presentes na cotidianidade, com a possibilidade de lhes dar forma, consistência e direção. Isso implica em pensar o planejamento pedagógico, as atividades acadêmicas de modo que seja possível visualizar as estratégias que possibilitem sua materialização (Maroneze; Fortuna, 2024, p. 142).

A partir disso, surge a necessidade de entender de que forma as Diretrizes Curriculares da ABEPSS estão sendo incorporadas e expressas nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Tendo em vista que, essa expressão envolve a relação do que é proposto pelas diretrizes e sua efetivação na estrutura curricular, nas ementas das disciplinas e a sua efetivação na formação. Dessa maneira, torna-se fundamental investigar se as diretrizes estão sendo aplicadas de maneira superficial ou se há desafios e limitações na sua materialização, principalmente no que se refere ao papel transversal que dimensão investigativa ocupa nas diretrizes. Portanto, esse debate será aprofundado na próxima etapa deste trabalho.

Diante do exposto, levanta-se algumas questões que indicam a necessidade de

aprofundamento nessa temática, ainda em busca de respostas. Considerando as condições postas na realidade, marcadas pela constante influência do capitalismo alienante até que ponto a educação superior nas universidades tem sido pressionada a se alinhar a um sentido mercadológico? E de que forma essa pressão impacta na construção e desenvolvimento das matérias básicas e das disciplinas ofertadas durante o curso de Serviço Social? Nesse cenário, tais condições favorecem que as matérias básicas realmente exerçam, na materialidade, o que é proposto pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, ou ela acaba se restringindo? Dessa forma, buscar compreender como essas questões influenciam o papel da “investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social” (ABEPSS, 1996, p.18) e, também, no processo de formação profissional em Serviço Social.

4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A DIMENSÃO INVESTIGATIVA NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF

A trajetória da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) tem início em 1958, com o curso nessa época ainda pertencente a uma instituição particular mantida pela Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, ligada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. À época, tratava-se de uma instituição de ensino superior, muito marcada, no período, pelos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica. As disciplinas eram organizadas em três séries e estavam divididas entre conteúdos básicos (como Psicologia, Direito, Sociologia e Cultura Religiosa) e conteúdos profissionalizantes, com destaque para o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade (UFJF, 2023).

Já em 1968 o curso passou a integrar a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e posteriormente, em 1974 ocorreu formalmente a incorporação da Faculdade de Serviço Social à estrutura da UFJF, por meio da Lei nº 6.139. Esse processo marcou uma inflexão importante para a formação profissional, tanto em termos acadêmicos quanto políticos. A década de 1970 foi marcada por reformas curriculares que dialogavam com a renovação do Serviço Social no Brasil. A reorganização semestral do curso, a criação dos cargos de coordenação e chefias de departamento, atendendo as regulamentações da própria organização da universidade. É nesse contexto que o curso busca melhorar a proposta formativa, na tentativa de articular a crítica, alinhada às mudanças da profissão e da sociedade (UFJF, 2023).

Na década de 1980 e ao longo dos anos de 1990, o curso da UFJF passa a acompanhar os debates nacionais da categoria sobre o projeto de formação profissional, passando por novas reformulações curriculares. E em 2003, o curso reestrutura seu projeto de formação à luz das diretrizes aprovadas pela categoria na Assembleia da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) de 1996 e ratificadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2001. Essa trajetória demonstra que o curso de Serviço Social da UFJF foi se distanciando gradualmente de uma formação tecnicista e moralizante, para se aproximar de uma perspectiva crítica e comprometida com a totalidade da realidade social.

É reconhecendo e assumindo os inéditos desafios históricos dos anos 1990, que a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social — Abess — aprovou, em novembro de 1996, uma proposta de novo currículo mínimo para o curso de graduação em Serviço Social no país. Promulgada, em dezembro do mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei n. 9.394), a citada proposta de currículo embasou a formulação de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, encaminhadas ao MEC-SESu. E a Faculdade de Serviço Social da UFJF se antecipa na formulação e implementação de uma política de prática acadêmica,

consoante as diretrizes e exigências curriculares propostas pela ABESS, com os olhos voltados para os processos sociais que vêm atribuindo feições distintas à questão social na contemporaneidade (Iamamoto, 2020, p.255).

Com base no histórico apresentado no próprio Projeto Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023), nota-se o compromisso da instituição em se manter atualizada e alinhada às diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Entidade essa que possui seu caráter político e não deliberativo, mostrando ao longo de sua trajetória, a importância da articulação coletiva da categoria em adotar os princípios defendidos por essa entidade, o que reforça sua inserção crítica no campo do ensino superior e sua vinculação ao projeto profissional em construção.

A ABEPSS, enquanto entidade acadêmico-científica, coordena e articula nacionalmente o projeto de formação e produção de conhecimento em Serviço Social nos âmbitos da graduação e da pós-graduação, orientando as instituições formadoras a partir de princípios fundamentais que extrapolam a dimensão técnica do ensino. Entre os princípios orientadores da entidade, destacam-se a defesa da universidade pública, gratuita, laica, presencial, democrática e socialmente referenciada (ABEPSS, 2024), tais quais apontam para uma concepção de educação comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o que reforça o projeto ético-político do Serviço Social. Ao se orientar por esse campo organizativo e não deliberativo, a Faculdade de Serviço Social da UFJF reafirma seu posicionamento institucional em defesa de uma formação qualificada.

4.1 ANÁLISE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

De acordo com a análise¹⁴ do Projeto Político-Pedagógico (PPP) mais recente (2023) da FSS/UFJF, nota-se que se trata de um documento central que expressa concepções formativas, diretrizes teóricas e o modo como a instituição estrutura seu processo de ensino-aprendizagem. O intuito dessa análise é buscar compreender se – e como – a dimensão investigação se materializa nas propostas curriculares, conteúdos programáticos e ementas de algumas das disciplinas.

A primeira temática a se abordar se refere aos núcleos de fundamentação que estruturam suas disciplinas, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico metodológicos da

¹⁴ Por opção metodológica, a análise foi conduzida com base na organização e estudo da linha lógica apresentada no próprio Projeto Pedagógico.

vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. No Projeto Político-Pedagógico da FSS/UFJF, esses núcleos são organizados compondo em cada um deles um conjunto de disciplinas obrigatórias.

Tais núcleos são os mesmos apresentados pela Diretrizes Curriculares de 1996¹⁵ compondo a nova lógica curricular proposta. Que busca pautar o ensino teórico-prático a partir da dinâmica da vida social, a proposta visa reafirmar o trabalho como elemento constitutivo e estruturante da sociabilidade. Partindo do princípio de que as reconfigurações nos modos de produção e nas formas de regulação das relações sociais impõem a necessidade de ressignificar as formas de atuação profissional, diante das novas expressões da realidade, dos desafios colocados e das respostas formuladas no interior desse processo (ABEPSS, 1996). Dessa forma, para construir a nova lógica de conhecimento indissociáveis que se propõem os núcleos de fundamentação constitutivos da Formação Profissional, a entidade afirma que esses não devem ser interpretado hierarquicamente ou de modos classificatórios, mas sim que esses têm núcleos:

[...] afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida à matérias e disciplinas. (ABEPSS, 1996, p. 8 e 9)

Nesse sentido, o desafio apresentado é manter e transmitir aos alunos a lógica da indissociabilidade entre os elementos formativos. A forma apresentada dos núcleos no Projeto da FSS/UFJF, em que há uma separação das disciplinas em núcleos, pode representar um obstáculo pois tende a organizar o conhecimento em eixos estanques, criando uma estrutura classificatória que pode dificultar sua compreensão como totalidade. Como consequência, reforça uma visão que pode fragmentar o conhecimento, comprometendo o esforço de afirmar a centralidade e a transversalidade da dimensão investigativa na formação, já a interpretação dos núcleos exige uma leitura articulada e crítica da realidade social. De acordo com Teixeira (2019):

A atenção necessária, e indicada pela ABEPSS, é a não departamentalização desses conteúdos, indicando componentes curriculares vinculados a este ou aquele núcleo. O desafio dessa nova lógica curricular é expressar a articulação dos núcleos de fundamentação das Diretrizes no conjunto dos componentes curriculares, permitindo ao discente reconhecer que o trato rigoroso da teoria social possibilita analisar a

¹⁵ Os mesmos discutidos e apresentados no capítulo 4 deste trabalho.

realidade e construir intervenção profissional. (p.80)

A organização da formação em núcleos de fundamentação pelas Diretrizes Curriculares parte do entendimento de que deve haver uma relação entre eles – mesmo cada um apresentando suas particularidades – ou seja, sua compreensão na totalidade sustenta a proposta de formação crítica da profissão. Com base nas ideias de Teixeira (2019), os núcleos de fundamentação são uma unidade não apenas pedagógica, mas expressa também os fundamentos históricos e teóricos que moldam o projeto profissional do Serviço Social desde os anos 1980. O autor reconhece essa articulação como parte do próprio exercício do trabalho do assistente social, reforça-se a importância de compreender a formação como processo que envolve mediações, contradições e totalidades — e que exige do estudante e da instituição o compromisso com uma formação que vá além da simples junção de conteúdos. Trata-se, portanto, de pensar os núcleos como partes de um todo, e não como etapas separadas. O próprio projeto da FSS/UFJF sinaliza essa ideia:

Esta é uma lógica inovadora, que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional (UFJF, p.15, 2023).

Tal perspectiva reforça que a dimensão investigativa não pode ser acessória, limitada a disciplinas isoladas ou em elementos específicos do projeto pedagógico. Ela deve perpassar todos os núcleos de fundamentação da formação, de forma transversal e articulada, já que a investigação da realidade é condição para o trabalho profissional crítico. A formação que se dá por meio dessa ideia constrói no discente uma postura ativa, reflexiva e investigativa, que vá além da mera absorção de conteúdos. Nesse sentido, a centralidade desta dimensão permite construir nexos entre os núcleos formativos, compreender os objetos de intervenção profissional e formular respostas condizentes com os desafios sociais enfrentados pela classe trabalhadora. Para além disso, um projeto pedagógico que consegue transmitir e materializar essa lógica oferece aos docentes um caminho estratégico para ministrar as disciplinas.

Nesse sentido, nota-se a necessidade de avanços no Projeto Pedagógico da FSS/UFJF, com o intuito de aproximar, de forma mais concreta, a lógica dos núcleos de fundamentação desenvolvidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Entendendo, também, que essa

proposta curricular da ABEPSS se encontra em um grau de elaboração teórico-político que ultrapassa os marcos da prática cotidiana, exigindo condições institucionais e estruturais que nem sempre estão dadas. Por isso a importância de avançar nesse debate não se limitando apenas à atualização formal desses documentos, mas também de aprofundar os conhecimentos teóricos que sustentam o processo formativo e embasam a formação profissional em Serviço Social. Não somente para compreender a importância da transversalidade da dimensão investigativa, mas de entender as demais questões que perpassam esse momento.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023) apresenta um mesmo perfil para os cursos diurno e noturno. Nesse sentido, ele trabalha sobre os princípios da formação profissional e nele a dimensão investigativa é concebida como princípio estruturante da formação, articulada à capacidade interpretativa e à permanente relação entre teoria e realidade. Quando o documento reconhece essa centralidade, pontuando como um dos princípios, além de trazer elementos como o rigor teórico-metodológico, indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão e pluralismo, sustentam bases necessárias para o desenvolvimento da postura investigativa ao longo da trajetória acadêmica. Isso somado à lógica central das diretrizes curriculares do funcionamento como unidade dos núcleos, explicitado anteriormente. Segue os Princípios da Formação Profissional como apresentados no projeto:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação
- Necessária indissociação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio de alunos;
- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressas na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, atividades complementares e estágios. (UFJF, 2023, p.13)

Assim, a dimensão investigativa ao se articular com todos esses princípios, transversalmente, alcança a lógica proposta. Entretanto, sua efetivação não depende apenas do reconhecimento no documento, mas implica no contínuo aprimoramento da vivência concreta nas disciplinas, nos estágios, nas oficinas e nas demais atividades formativas, o que ainda necessita de estudos para entender como se apresenta. Assim, essa articulação visa possibilitar formar profissionais com um perfil estabelecido, em que:

Este perfil de profissional, entre outras exigências, determina a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional. (Guerra, 2009, p.2)

Em consonância com isso, o que vai a seguir no PPP é o perfil do bacharel em Serviço Social e as Competências e Habilidades, esses seguem a mesma lógica apresentada nos princípios, também em concordância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. De acordo com Iamamoto (2020)¹⁶ a Faculdade de Serviço Social - UFJF nas primeiras reformulações do currículo, procura construir esse perfil profissional, em busca de uma “qualificação teórica com fundamentação metodológica e técnica-instrumental”. Na qual, seja possível entender a realidade presente e pensar estratégias para intervir criticamente nela.

Para além disso, vale destacar que em comparação com as Diretrizes Curriculares do MEC¹⁷, o PPP da FSS/UFJF se encontra muito mais avançado. O currículo mínimo, aprovado pelo MEC, apresenta diversos retrocessos em comparação com as DC da ABEPSS, principalmente no que se refere ao perfil profissional, divergência essa não é apenas de forma, mas de conteúdo e de concepção. Enquanto a ABEPSS afirma um projeto de formação ancorado em uma teoria social crítica, na articulação entre conhecimentos, o documento oficial do MEC tende a neutralizar e reduzir a proposta dessas diretrizes, adotando uma linguagem mais genérica, tecnicista e alinhada às demandas de um ensino superior regulado pela lógica neoliberal. Tal retrocesso se desenvolve não só na descrição do perfil da formação,

¹⁶ No processo de construção da política de prática acadêmica da Faculdade de Serviço Social da UFJF, no início da década de 1990, Marilda Villela Iamamoto desempenhou um papel central, integrando o coletivo de docentes, supervisores, discentes e assessores de referência nacional que buscava formular uma proposta inovadora para a formação profissional. Atuando como consultora do projeto e oferecendo fundamentação teórica e orientações estratégicas que sustentaram a ruptura com a concepção restrita de prática como simples estágio curricular obrigatório. (Iamamoto, 2020)

¹⁷ No processo de construção da política de prática acadêmica da Faculdade de Serviço Social da UFJF, no início da década de 1990, Marilda Villela Iamamoto desempenhou um papel central, integrando o coletivo de docentes, supervisores, discentes e assessores de referência nacional que buscava formular uma proposta inovadora para a formação profissional. Atuando como consultora do projeto e oferecendo fundamentação teórica e orientações estratégicas que sustentaram a ruptura com a concepção restrita de prática como simples estágio curricular obrigatório. (Iamamoto, 2020)

mas também em todos os outros componentes curriculares. Segue como se apresenta o perfil profissional nesse documento:

1- Perfil dos Formandos Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MEC, 2002, p.1)

Importante demarcar, que a dimensão investigativa, com base nos acúmulos adquiridos ao longo da construção desse trabalho, não pode se limitar à mera interpretação como pesquisa. Embora ambas estejam inseridas no processo de produção do conhecimento, a investigação assume um papel mais amplo e profundo, sendo a investigação capaz de impor uma postura crítica diante da realidade. Pensando nas construções de Guerra (2009) essa dimensão é constitutiva do exercício profissional, pois é por meio dela que a profissional lê, interpreta e analisa as expressões da “questão social”. Entender o papel dela na formação é entender que essa atitude investigativa deve ser estimulada e incentivada ao longo do processo, por isso a preocupação da DC da ABEPSS em afirmá-la como princípio transversal ao longo da formação e não simplificada a momentos isolados.

Nesse sentido, o próximo tópico abordado é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no Projeto Político-Pedagógico (2023) como uma atividade obrigatória, indispensável e integradora do currículo. O TCC consiste na formulação de uma monografia, compreendida como um trabalho científico que reúne sinteticamente os conhecimentos adquiridos ao longo da formação em torno de um objeto central de investigação. O desafio central desse processo para os estudantes, é mobilizar o referencial teórico-metodológico alinhado com sua autonomia crítica. Dito isso, o TCC é dos momentos em que o currículo deixa explícito o papel da dimensão:

O Trabalho de Conclusão de Curso expressa um momento de síntese do processo de aprendizado, no qual o discente, ou a discente deve demonstrar **capacidade crítico-investigativa**, correlacionando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política (UFJF, 2023, p. 18).

Tal etapa, deve permitir ao discente demonstrar a postura investigativa, desenvolvida ao longo do curso no resultado de sua pesquisa científica. Nas palavras de Iamamoto (2020), “[...] trata-se da problematização, teoricamente fundamentada, de um tema colhido na experiência de estágio ou de pesquisa.” (p.311). Essa postura, no entanto, não se limita à

produção do TCC, ela também deve se refletir na dimensão interventiva do trabalho profissional, uma vez que investigar é parte do próprio exercício do Assistente Social. Dessa forma, a dimensão investigativa no currículo não pode ser resumida a esse componente curricular ou mesmo a pesquisa científica, é importante reconhecer que o TCC representa uma materialização desse processo investigativo a partir de uma situação concreta. Nesse sentido, embora o Trabalho de Conclusão de Curso represente a materialização de um processo investigativo, ele não a esgota.

Retomando o debate apresentado acima sobre os três núcleos de fundamentação da formação profissional, o Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023), afirma que: “o projeto de formação profissional vigente na Faculdade de Serviço Social tem o ensino teórico-prático como transversal a todo currículo.”(p.24). Sendo sustentado pela proposta da ABEPSS do conhecimento constituído pelos núcleos, eles devem ser entendidos como base articuladora da formação profissional, dando origem às áreas do conhecimento. Logo, todos os componentes curriculares, como as disciplinas, atividades complementares, e outras práticas integradoras devem se propor a serem organizados refletindo os princípios e diretrizes que orientam o projeto formativo¹⁸. Postura essa adotada pela faculdade, representando o compromisso ético-político em articular as dimensões inventivas e investigativas.

Sob esse viés que se insere o Estágio Supervisionado, um espaço estratégico no qual os alunos têm a oportunidade de vivenciar de forma direta o cotidiano institucional e a dinâmica do mercado de trabalho, podendo entrar em contato com o trabalho das e dos assistentes sociais e dos outros profissionais ali envolvidos (Iamamoto,2020). O projeto da Faculdade de Serviço Social, coloca:

O Estágio Supervisionado é uma das atividades curriculares obrigatórias, indispensáveis e integradoras do currículo. Configura-se a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática (UFJF, 2023, p.25).

Marilda Iamamoto (2020), nos traz que o “ensino da prática em suas dimensões teórica, ético-política e técnica”, para os cursos de Serviço Social, está diretamente relacionada ao estágio, tendo em vista a dimensão teórico-prática da profissão. De acordo com ela, os últimos debates da categoria (nas quais essas reflexões da Iamamoto mantêm-se atuais) na formação profissional sobre o ensino teórico-prático tem sido colocado em segundo

¹⁸ A partir da proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e do projeto político-pedagógico do curso de Serviço Social (2023).

plano, avançando muito mais a respeito de uma “formação teórico-metodológica mais consistente” que, mesmo sendo necessário, é insuficiente para o ensino da prática e o entendimento dos seus pormenores.

A dimensão da prática na formação profissional tem sido assim considerada o “primo pobre” nas revisões curriculares, assumindo uma posição residual e de pouca relevância na produção acadêmica especializada, ainda que seja um tema inquietante no cotidiano do ensino (Iamamoto, 2020, p.293).

Sob essa ótica, que autora levanta uma problemática central, a articulação e separação entre o chamado "ensino teórico" e o "ensino da prática". Muitas vezes interpretada equivocadamente, essa dissociação tende a fragmentar a formação, como se teoria e prática fossem esferas distintas e desvinculadas. O problema posto está justamente em como garantir que os discentes, e no geral uma camada dos profissionais, não apenas acumule os conteúdos teóricos ou reproduza técnicas, mas se aproprie de instrumentos analíticos que lhe possibilitem, com base em situações concretas, realizar uma leitura crítica. E nessa parcela que o estímulo e desenvolvimento da dimensão investigativa se insere, nesse processo o discente poderá reconhecer a singularidade dos fenômenos sociais, compreendendo o objeto de investigação e intervenção em sua complexidade. Entretanto, essa separação não se sustenta, visto que para o trabalho profissional exige-se a constante mediação entre a leitura crítica da realidade e a capacidade de intervir de forma qualificada.

Assim, é na formação profissional que se pode criar estratégias para quebrar essa lógica de pensamento da separação entre teoria e prática. Durante o estágio supervisionado em Serviço Social da UFJF, outras disciplinas e atividades complementares acompanham esse processo, nos mostrando também um caminho para garantir e desenvolver a atitude investigativa alinhado à perspectiva do ensino teórico-prático. Sendo esses componentes: as Oficinas de Supervisão de Estágio I, II e III, supervisão de campo e, além disso, as disciplinas de Oficina de Trabalho Profissional I, II e III.

Segundo o projeto aqui analisado, as Oficinas de Supervisão de Estágio I, II e III são ministradas por professores com formação em Serviço Social e integram, também, atividades complementares. Dentre elas, destacam-se as Oficinas Integradas, que contam com a presença das supervisoras de campo e reúnem todos os supervisores acadêmicos e supervisores de campo da FSS/UFJF. Há ainda as Oficinas Temáticas, que envolvem todos os supervisores acadêmicos e de campo, bem como todos os alunos em período de estágio. E para além disso, a coordenação de estágio pode mobilizar a realização das Oficinas Itinerantes, realizadas nos campos de estágio cadastrados, e das Oficinas Intertemáticas, que propiciam o debate entre

turmas de estágio de áreas distintas, por meio de atividades coletivas com temas transversais (UFJF, 2023).

Já a supervisão de campo é imprescindível para acompanhar o estagiário e também para gerar um momento de suspensão do cotidiano alienante para os profissionais Assistentes Sociais. Segundo o PPP (2023), ela é caracterizada pelo diálogo, momentos de reflexões e sistematização, sendo referenciadas pela elaboração do Plano de Estágio, produzido em conjunto pelos supervisores, de campo e acadêmico, e pelo estagiário. Entende-se aqui que o Plano de Estágio é um instrumento essencial para incentivar a dimensão investigativa nos estagiários, por exigir uma relação entre os conhecimentos acumulados até esse momento da formação e as atividades do estágio.

As Oficinas de Trabalho Profissional I, II e III são disciplinas obrigatórias do currículo que acompanham os semestres em que acontecem o estágio. Seguindo as ementas apresentadas nos projetos, o principal intuito delas é debater, respectivamente:

O fazer profissional do assistente social e sua relação com as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica, ético política, investigativa e formativa. Os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa na trajetória da profissão. Instrumentos que perpassam a historiografia da profissão. Experiências de utilização de instrumentos (UFJF, 2023, p.69).

O espaço institucional como produto das relações sociais. Relações de poder, hegemonia e resistência na dinâmica institucional. Análise de conjuntura na interseção com o desvelamento da dinâmica institucional. Elementos de análise institucional: correlação de forças, alianças, processos de negociação, socialização de informação e o fazer profissional. Produção de análise institucional na qual desenvolvem o estágio (UFJF, 2023, p.70).

Metodologias de planejamento e ação profissional. Gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais: orçamento, planejamento participativo e alternativas de gestão. Elaboração, execução e avaliação de programas e projetos sociais na área de políticas públicas. Assessoria, consultoria e supervisão de políticas, programas e projetos sociais. Avaliação e monitoramento de políticas, programas e projetos sociais. Parcerias e terceirização no âmbito dos serviços sociais públicos e privados (UFJF, 2023, p.70).

Que de maneira geral, vão exigir atividades relacionadas ao campo de estágio e o exercício da dimensão técnico-operativa da profissão, articulada com a teórica-metodológica e ético-política, como: atividades ligadas a experiências de utilização de instrumentos, produção de análise institucional na qual desenvolvem o estágio e a construção do Projeto de Intervenção e formulação da sua avaliação (UFJF, 2023). Processo na qual incentiva a atitude investigativa nos dois âmbitos, da formação e da intervenção, na busca da compreensão do espaço de estágio e do trabalho realizado ali.

Tais espaços formativos, ao promoverem a articulação entre diferentes sujeitos da

formação profissional possibilitam o compartilhamento de experiências, trocas e, principalmente, o exercício da atitude investigativa diante das múltiplas expressões da realidade. Isso porque, ao problematizar situações vividas no cotidiano dos campos de estágio, e refleti-las no âmbito acadêmico, tais oficinas se constituem como momentos férteis para o desenvolvimento da análise crítica e da postura investigativa, reforçando o que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS 1996 propõem ao afirmar a indissociabilidade entre teoria e prática como princípio estruturante da formação.

Tal propósito supõe reconhecer que o “ensino da prática”, ainda que tendo o estágio como base, envolve a tríplice dimensão de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva interdisciplinar e/ou transdisciplinar, abrindo-se o debate sobre os rumos da ciência na atualidade. O trabalho acadêmico está direcionado para assegurar uma formação teórico-prática, respaldada em uma sólida fundamentação teórico-metodológica e ético-política. Fundamentação esta que permita a compreensão do Serviço Social como trabalho profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, nos marcos da realidade histórica do país, apreendida em suas determinações estruturais e conjunturais (Iamamoto, 2020, p. 294)

Nesse sentido, os espaços coletivos proporcionados pelas oficinas não apenas complementam a formação, mas a qualificam. Isso nos mostra que o Projeto Político-Pedagógico do curso, avança no sentido de promover essas atividades transversais ao ensino da prática e da dimensão investigativa. Apesar dos avanços já alcançados nesse debate, é necessário que a temática continue sendo aprofundada e pautada nos espaços de formação e discussão coletiva, mesmo com a proposição dessa estrutura pelo Projeto da FSS/UFJF e pela própria Diretrizes da ABEPSS, esta não está imune aos atravessamentos da realidade que implicam em obstáculos para sua efetivação.

O próximo componente curricular a ser analisado é a extensão universitária. O Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da UFJF (2023), explica as atividades curriculares de extensão como o momento que proporciona a graduação uma relação com as necessidades sociais, buscando fornecer atividade que incentivem o desenvolvimento social, cultural, econômico, equitativo, sustentável e alicerçado nas prioridades locais, regionais e nacionais. Iamamoto (2020), explica que esse é o diferencial da extensão, a possibilidade de relacionar “o atendimento às demandas sociais por meio de projetos e atividades de ensino e pesquisa, permitindo a expansão da Universidade para além de suas fronteiras internas” (p.296). Através dos projetos articulados ao ensino e à pesquisa, a universidade busca atender às demandas sociais concretas, afirmando seu compromisso de expandir sua atuação para além dos seus espaços internos, afirmando sua esfera pública.

O recente desafio demarcado pelo Projeto pedagógico é a curricularização da

extensão, que exige, pautado na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014¹⁹, a obrigatoriedade do cumprimento de 10% do total da carga horária em ações extensionistas, ao longo da sua graduação. Mantendo a defesa política do direito à educação de qualidade:

Destacamos a importância de que a graduação seja oferecida com qualidade a partir da efetiva articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e socialmente referenciada e alinhada aos legítimos interesses da classe trabalhadora materializando no âmbito da formação acadêmica o exposto e defendido no projeto ético-político profissional dos/as assistentes sociais. (UFJF, 2023, p.33)

A principal estratégia adotada pela FSS/UFJF para garantir aos alunos o cumprimento da carga horária²⁰ é a aplicação da modalidade da disciplina extensionista, sendo ela uma atividade acadêmica de extensão, organizada a partir de um plano específico, que apresenta objetivos definidos, resultados esperados, metodologia própria e critérios de avaliação compatíveis com a lógica extensionista (UFJF, 2023). A proposta é articular o conteúdo ministrado em algumas disciplinas com atividade durante o semestre alinhadas aos princípios da extensão universitária ligada ao desenvolvimento social regional. As disciplinas na grade que carregam esse caráter são: Questão Social e Desigualdades Sócio territoriais; Oficina de Formação Profissional, Universidade e Sociedade; Classes e Movimentos Sociais I, II e III; Trabalho e Serviço Social; Laboratório de Seguridade Social; Relações de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade; Território e Questão Urbana; Gestão Social e Planejamento (disciplinas obrigatórias); e Laboratórios de Área de Intervenção (disciplinas eletivas).

Essas disciplinas, conforme indicado em suas ementas, incorporam atividades de extensão a partir da articulação com projetos vinculados à temática central de cada componente, promovendo o desenvolvimento de ações que abordam os seguintes temas: organizações sindicais e/ou partidárias, movimentos sociais e/ou populares da atualidade, movimentos sociais ligados à questão agrária, o trabalho profissional do assistente social na Seguridade Social, a relação entre universidade e sociedade, desigualdades sócio territoriais, raça/etnia, gênero e sexualidade, questão urbana e trabalho profissional do assistente social²¹ (UFJF, 2023). Dessa forma, se tornando um espaço privilegiado para a transversalidade da dimensão investigativa, ao articular ensino e pesquisa em diálogo com as demandas concretas

¹⁹ Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024

²⁰ O curso de Serviço Social tem um total de 3000 horas, sendo 300 horas (10%) dedicadas às atividades curriculares de extensão (ACE). Dentre elas, a Faculdade de Serviço Social irá reconhecer, para além das disciplinas extensionistas, as seguintes modalidades: programa, projeto, cursos e oficinas, e eventos – conforme descritos na Resolução 75/2022 do CONGRAD/UFJF. (UFJF, 2023, p.34)

²¹ Percebe-se a ausência da discussão geracional, imprescindível considerando as mudanças demográficas rápidas no mundo e no país e o empobrecimento dessa parcela da classe trabalhadora: trabalhadores velhos.

da sociedade, aproxima o processo formativo da realidade social vivida pelos sujeitos, possibilitando a apreensão crítica dessa realidade. Em que sua aplicabilidade alinhada aos princípios da Diretrizes Curriculares da ABEPSS, podem potencializar a formação.

Assim, compreendemos que o processo de curricularização da extensão em si pode potencializar a formação de maneira a colocar o conjunto dos estudantes em relação direta com a realidade brasileira em suas diversas expressões; potencializar contornos cada vez mais imbricados e indissociáveis na relação teoria e prática, o que já se constitui como importante para todas as áreas de formação. (ABEPSS, 2022, p.27)

Para além do currículo e pensando na universidade inserida o curso de Serviço Social, a Universidade Federal de Juiz de Fora, preza em seu estatuto e no Plano de Desenvolvimento Institucional (2022 - 2027), como valores basilares e fundamentais de toda a atuação universitária, a indissociável relação ensino, pesquisa e extensão. Por meio desse tripé, a universidade preza pelo conhecimento para além dos muros da intuição, produzindo conhecimento e restituindo à sociedade o saber construído (extensão), de maneira integrada. Qualificando esse espaço, de produção e socialização do conhecimento, privilegiado para o incentivo e desenvolvimento da dimensão investigativa, garantindo o princípio que perpassa toda a formação e a prática profissional, garantindo que teoria, conhecimento e intervenção (refletidos no tripé) estejam em permanente diálogo com a realidade concreta, articulação essa que contribua para superar a dicotomia entre teoria e prática tão comum na profissão. Dessa forma, Iamamoto (2020), pontua:

De fato, a pesquisa de situações concretas, que são objeto do trabalho do assistente social, é o caminho necessário para a compreensão dos fenômenos sociais particulares com os quais o Assistente Social lida no seu cotidiano, alimentando a elaboração de propostas de trabalho fincadas na realidade e capazes de acionar as possibilidades de mudança nela existentes. O deciframento dos processos sociais, tanto em suas determinações gerais como em suas expressões particulares, é também o requisito necessário para superar a defasagem entre um discurso teórico genérico sobre a sociedade capitalista e os fenômenos sociais singulares, que requerem respostas do assistente social no campo de trabalho. Defasagem aquela traduzida no reincidente reclamo da “dicotomia entre teoria e prática”. (p.285)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui apresentados não pretendem ser conclusivos, mas apontam caminhos possíveis para entender a dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social, sobretudo partindo da perspectiva de como o Serviço Social se aproxima do conhecimento crítico para o trabalho profissional e como a formação avança para garantir a qualificação dos profissionais.

Portanto, a primeira conclusão aqui apresentada, é que a dimensão investigativa no Serviço social, é capaz de fundamentar e instrumentalizar a profissão para o fazer profissional. O conhecimento e a pesquisa dentro da categoria não são elementos secundários, mas sim estruturantes da profissão, com o intuito de garantir que a intervenção seja qualificada, crítica e propositiva. Além disso, essa dimensão faz parte da competência ético-política e reconhecê-la como constitutiva da profissão, reforça também o compromisso do Serviço Social com um projeto de rompimento com a lógica que hoje estrutura a sociedade capitalista. Os elementos que compõem essa dimensão não são fins em si mesmos, mas meios para construir uma prática profissional que contribua para a superação das desigualdades e para a garantia de direitos, sendo não apenas competência da profissão, estudar a realidade, mas buscar nela as possibilidades de ação e mudança. E, é dessa maneira, que a investigação exerce fundamental participação, não se restringindo a um aspecto técnico da profissão, mas refletindo uma postura ético-política, que vê e compreende a necessidade de conhecer e entender criticamente a realidade para atuar nela, comprometendo-se com o projeto ético-político da categoria.

A formação em Serviço Social, guiada pelos princípios da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, parte do princípio que a ordem capitalista é fonte das constantes produções e reproduções das expressões da “questão social” e essa complexidade exige uma formação sólida e abrangente, como também nos revela Iamamoto (2020):

Verifica-se hoje a diversificação da demanda desse profissional para mais além da linha executiva, abrangendo pesquisas, planejamentos, assessorias e consultorias, capacitação, treinamentos, gerenciamento de recursos e projetos. Crescem os trabalhos em parcerias interinstitucionais e em equipes multidisciplinares. Observa-se uma clara tendência de superação da perspectiva restrita das especializações, afirmando-se a preferência por um profissional competente em sua área de desempenho, mas generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo amplo de informações em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar propostas criativas e inovadoras. (p.289)

Assim, o fortalecimento da dimensão investigativa na formação reforça a importância da atitude investigativa e da produção de conhecimento como um instrumento para defesa do projeto ético-político da profissão e como enfrentamento das constantes transformações da sociedade e das crescentes expressões da “questão social”. As Diretrizes da ABEPSS 1996 centraliza a dimensão investigativa ao longo da formação, visando promover uma graduação que ultrapasse os limites da sala de aula, incentivando a pluralidade, o fortalecimento da formação crítica e ampliar o conhecimento teórico e sua manifestação em ambientes diferentes, como na produção científica, projetos de extensão. Nesse sentido, compreender a dimensão investigativa como eixo transversal da formação significa reconhecê-la como elemento fundamental para formar profissionais capazes de desvelar a realidade em sua essência.

Destaque especial recai sobre a natureza, expressões e características da questão social e as formas de enfrentá-la, por meio das lutas sociais e das políticas sociais públicas e privadas. E ainda sobre os fatores intervenientes na formulação, implementação e reformulação dessas políticas. Requer a capacitação na investigação para a produção de conhecimentos sobre a realidade, ou seja, sobre os processos sociais nos quais incide o trabalho do assistente social, cultivando a permanente postura investigativa no exercício profissional. A esta alia-se a capacitação técnico-operativa para organizar e efetivar a ação, complementando a instrumentalização do estudante (Iamamoto, 2020, p.294)

No contexto desta pesquisa, a análise do Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, buscando a forma que a dimensão investigativa ali se insere, permitiu compreender o compromisso ético-político dessa instituição em pautar a construção do seu currículo nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. A faculdade estrutura seu processo de ensino e aprendizagem buscando elementos que possibilita a transversalidade da dimensão investigativa, trago destaque para os princípios da formação, competências e habilidades, as atividades complementares, estágio supervisionado, pesquisa e extensão, principalmente sobre a proposta da curricularização da extensão. Componentes curriculares que se materializados de forma concreta conseguem atingir o princípio da centralidade da investigação na formação, proposto pelas Diretrizes Curriculares de 1996. Identifico, também, que há desafios no que diz respeito à expressão dos Núcleos de Fundamentação da Formação enquanto unidade, transversal e articulada ao longo do currículo.

Para além disso, considera-se que a escolha metodológica adotada possibilitou avanços importantes na compreensão do objeto proposto, permitindo acessar elementos que não seriam captados por abordagens estritamente quantitativas. No entanto, reconhece-se que

ainda são necessários novos esforços investigativos para aprofundar a análise sobre como — e em que medida — a dimensão investigativa vem sendo incorporada à formação profissional na UFJF conforme orientam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Isso porque, embora a pesquisa tenha revelado indícios e reflexões relevantes, o processo formativo é dinâmico, atravessado por múltiplas determinações institucionais, pedagógicas e políticas o que demanda um conhecimento crítico e constante da realidade, capaz de desvelar suas contradições e identificar suas possibilidades. Assim, permanece como desafio a produção de conhecimento que vá além da descrição, e que consiga interpretar, à luz da totalidade, o lugar e a efetivação da dimensão investigativa na formação em Serviço Social.

A trajetória investigativa desenvolvida ao longo deste estudo me atravessou de forma significativa, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do próprio processo da investigação, não só no campo do Serviço Social, mas como no da produção de conhecimento. Contudo, mais do que proporcionar respostas definitivas, ela suscitou novas questões e desafios que revelam a complexidade inerente à análise crítica. Destaco, portanto, algumas questões que ainda não foram sanadas e que são frutos desse estudo: como a dimensão investigativa é compreendida na categoria? Existe um movimento de equiparar pesquisa à dimensão investigativa? A graduação em Serviço Social, em sua prática, tem conseguido transmitir a importância da dimensão investigativa? E no trabalho profissional, como essa dimensão vem se expressando no contexto atual de precarização do trabalho?

Como fechamento, toda essa experiência reafirmou a importância da dimensão investigativa como componente essencial da formação profissional, não apenas como método, mas como um compromisso ético-político que orienta a atuação diante das contradições presentes na sociedade. Reconhecer essa dimensão em sua complexidade e desafiar as limitações que ainda persistem é fundamental para que o Serviço Social continue a afirmar seu Projeto ético-político alinhado às demandas da classe trabalhadora. Assim, reconheço que o conhecimento é um processo dinâmico e inacabado, que demanda constante reflexão e reinterpretação, o próprio movimento de ida e volta.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. (ABEPSS). *Curricularização da extensão e Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, dezembro de 2022. 62 p. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/curricularizacao-da-extensao-e-servico-social_fina_l-202301261913054487670.pdf.
- _____. Documento preliminar acerca da curricularização. Brasília: ABEPSS, maio de 2021
- _____. Quem somos. 18 jul. 2024. Atualizado em: 11 nov. 2024. Disponível em: <https://abepss.org.br/quem-somos-2/>.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.
- ABESS/CEDEPSS. Avaliação da formação profissional do assistente social brasileiro – pós-novo currículo / avanços e desafios. Caderno ABESS, n. 04, 1ª reimpressão. Cortez Editora: São Paulo, 1995.
- BAPTISTA, Myrian Veras. *A investigação em Serviço Social*. São Paulo: Veras Editora, 2006.
- BRASIL. Portaria n.º 1.105, de 28 de setembro de 1998. Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Estatuto da UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 1998. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/10/estatuto.pdf>.
- CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. Revista Temporalis, v. 1, n. 2, p. 7-17, 2000.
- DORSA, A.C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. Interações, Campo Grande, v.21, p.661-663, 2020.
- DOS SANTOS, Cláudia Mônica. Instrumentos e técnicas: intenções e tensões na formação profissional do assistente social. Libertas, , Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.220 - 246, 2004.
- GUERRA, Yolanda. "A dimensão investigativa no exercício profissional." *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS (2009): 701-718.
- _____. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GUERRA, Y.; BACKX, S.; REPETTI, G. O lugar da pesquisa na formação profissional: algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. Temporalis, Rio de Janeiro, ano 13, n. 25, p. 205-232, jan./jun. 2013
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social Brasileiro. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez Editora, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JUNIOR, E.B.; OLIVEIRA, G.S.; SANTOS, A.C.O.; SCHNEKENBERG, G.F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da FUCAMP, Minas Gerais, v.20, n.44, p.36-51, 2021.

MARONEZE, Luciane F. Zorzetti; FORTUNA, Sandra Lourenço de A. Serviço Social e a dimensão investigativa na formação profissional. EDUEL, 2024.

MINAYO, M.C. Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Revista Katálýsis, v. 10, p. 15-25, 2007.

TEIXEIRA, Rodrigo José. *Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS*. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). *Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): PDI 2022-2027. Relatório Final*. Juiz de Fora: UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/pdi/wp-content/uploads/sites/249/2022/05/PDI-UFJF-2022a2027.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF). Projeto Político-Pedagógico da Faculdade de Serviço Social: 2023. Juiz de Fora: UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/facssocial/wp-content/uploads/sites/521/2022/05/Projeto-Pedagógico-2023-Faculdade-de-Serviço-Social.pdf>.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.